

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER SOBRE O TEMA: REGULARIZAÇÃO
FUNDIÁRIA EM CUIABÁ, REALIZADA NO DIA 07 DE DEZEMBRO DE 2017, ÀS 14H.
(TEXTO SEM REVISÃO)

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER SOBRE O TEMA: REGULARIZAÇÃO
FUNDIÁRIA EM CUIABÁ, REALIZADA NO DIA 07 DE DEZEMBRO DE 2017, ÀS 14H.

ATA Nº 069

PRESIDENTE – VALDIR BARRANCO

1207au01.nns

O SR. PRESIDENTE (VALDIR BARRANCO) – Invocando a proteção de Deus e em nome do povo mato-grossense, declaro aberta esta Audiência Pública, por mim requerida e aprovada pelos meus Pares aqui nesta Casa de Leis para debatermos a regularização fundiária urbana e rural do município de Cuiabá.

Quero convidar para compor esta mesa de honra o Vereador Dilemário Alencar, representando neste ato a Câmara Municipal de Cuiabá, ele que é Primeiro Secretário da Câmara Municipal (PALMAS). Convido também o nosso palestrante de hoje, o Richard Martins Torsiano, Consultor das Nações Unidas para a América Latina e Caribe em Governança de Terra e também consultor do Banco Mundial (PALMAS). Meu amigo Juarez Fiel, Diretor Municipal de Agricultura e Abastecimento aqui do município de Cuiabá, que neste ato também representa o Prefeito Municipal de Emanuel Pinheiro (PALMAS); o Sr. Jeová Feliciano de Souza, Diretor de Assentamentos, neste ato representando o Presidente do INTERMAT, Sr. Cândido Teles de Araujo (PALMAS); o Sr. André Luiz Welter, Coordenador do Programa de Regularização Fundiária na Amazônia Legal (PALMAS); o Sr. Nilton José de Macedo, Presidente da FETAGRI (PALMAS).

Composta o nosso dispositivo, convido a todos e a todas para que em posição de respeito, cantemos o Hino Nacional Brasileiro.

(O HINO NACIONAL BRASILEIRO É EXECUTADO)

O SR. PRESIDENTE (VALDIR BARRANCO) - Quero agradecer a todos e todas que aqui se fazem...

s/ lcb

1207au02.lcb

O SR. PRESIDENTE (VALDIR BARRANCO) -...quero agradecer a todos e todas que aqui se fazem presentes para tratar de um assunto tão relevante, principalmente num Estado como o Estado de Mato Grosso.

Quero agradecer a presença do Divino e do Adão que são companheiros da FETAGRI, que defendem diuturnamente o interesse dos trabalhadores e trabalhadoras do campo;

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER SOBRE O TEMA: REGULARIZAÇÃO
FUNDIÁRIA EM CUIABÁ, REALIZADA NO DIA 07 DE DEZEMBRO DE 2017, ÀS 14H.
(TEXTO SEM REVISÃO)

agradecer a presença do Manuel de Brito, nosso grande amigo, também nessa luta incansável; agradecer o Edson Martins, Coordenador de Inteligência da Secretaria de Segurança Pública que está aqui também presente; o Izaías Oliveira, Assessor Regional Cuiabá da Empresa Mato-grossense de Pesquisa, Extensão e Assistência Técnica-EMPAER, nossa querida EMPAER, tão importante para a pesquisa e a extensão rural no campo que precisa ser fortalecido, e essa tem sido uma das nossas lutas aqui na Assembleia Legislativa; meu companheiro Josafá Santos da Rocha, Coordenador Geral do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras da Agricultura Familiar, Emídio Antônio de Souza, Presidente da Associação Comunitária de Habitação do Estado de Mato Grosso; João Batista de Assis, Presidente da Associação dos Pequenos Produtores Lagoa Azul; Valdemir Gonçalves, Presidente da Associação de Moradores do Bairro Altos de Cuiabá; Francisco Borges, Vice-Presidente da SINTAP; Gonçalves Ferreira da Silva, Presidente do Assentamento Altos do Paraíso, Jucimar Borba, Presidente do Assentamento Jardim Videira, Jean Alves da Silva, Presidente do Assentamento Nova Canaã; Ezília Frederico Paula Meira, Presidenta do Assentamento Monte Carmelo (PALMAS), bem vindos e bem vindas à Casa do Povo, sintam-se em casa porque aqui é a casa de vocês; Rubens Neto dos Santos, vice-Presidente do Assentamento Mineira, Distrito de Aguaçu...

...s/tmr...

1207au03.drm

O SR. PRESIDENTE (VALDIR BARRANCO) -...Rubens Neto dos Santos, vice-Presidente do Assentamento Mineira distrito de Aguaçu, Manoel Dias da Luz representante da Gleba 22 de Abril (PALMAS); João Batista Rocha representando Associação Comunitária de Habitação e Josenir Bastos de Matos, Presidente da Associação de Mulheres Rurais de Cuiabá, Recanto da Siriema; se alguém não foi lembrando aqui, depois pode estar passando para o nosso pessoal o nome para que possamos estar anunciando.

Presentes aqui o Assentamento Mineira distrito de Aguaçu, Real Parque, Parque Cuiabá Monte Carmelo, Videira Jerusalém Coxipó do Ouro; Nova Galileia Dr. Fábio; PA. Raimundo da Rocha de Nortelândia, Nossa Senhora da Esperança de Rosário Oeste; Alto do Paraíso; Nova Canaã; Gleba 22 de Abril e Parque Gerogia.

Então, como nós vemos temos participantes de outros municípios até porque a Audiência Pública, trata aqui de Cuiabá, mas o tema é um tema global, que o aprendizado dessa Casa de hoje não se restringe apenas a Cuiabá, mas ao Mato Grosso e ao Brasil.

Eu quero, dizer da importância dessa Audiência Pública o trabalho, que nós temos feito aqui na Assembleia Legislativa em defesa da agricultura familiar, da regularização fundiária urbana e rural, essa é a última Audiência Pública desse ciclo que nós estamos fazendo, fizemos Peixoto de Azevedo, Confresa, Rondonópolis, Várzea Grande e nós não poderíamos deixar de fazer aqui em Cuiabá. A impressão que nós temos enquanto cidadãos que Cuiabá não tem campo, não tem zona Rural, não tem agricultura familiar, não tem trabalhadores da agricultura familiar e na realidade nós temos que as vezes não são vistos da maneira como merecem ser vistos.

Portanto, a todos os trabalhadores e trabalhadoras o nosso respeito. E aqui quero agradecer o Richard que ocupa hoje uma função estratégica...s/tmr...

1207au04.tmr

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER SOBRE O TEMA: REGULARIZAÇÃO
FUNDIÁRIA EM CUIABÁ, REALIZADA NO DIA 07 DE DEZEMBRO DE 2017, ÀS 14H.
(TEXTO SEM REVISÃO)

O SR. PRESIDENTE (VALDIR BARRANCO) - ... e quero agradecer o Richard que ocupa hoje uma função estratégica nas Nações Unidas que por dez anos foi Diretor de Ordenamento da Estrutura Fundiária do INCRA/Brasília que hoje estão nas Nações Unidas. Viajam o mundo para coordenar programas de governança da terra, de governança fundiária, acaba de chegar de Washington. Quando nós tratamos desta Audiência Pública ele estava de malas prontas para lá para participar de atividades e se comprometeu de que, sendo a Audiência Pública no dia 07, ele adiantaria sua agenda para retornar no dia 06.

Portanto, chegou ao Brasil e praticamente veio direto para Cuiabá. Portanto, ficam os nossos agradecimentos, porque tenho certeza que hoje aqui nós não teremos soluções para os problemas, soluções todas principalmente, mas sairemos daqui já com um encaminhamento importantes para que esse mandato possa continuar acompanhando e continuar cobrando das autoridades competentes para que a regularização fundiária urbana e rural de Cuiabá possa avançar.

Aqui, Vereador Dilemário Alencar, nosso querido Vereador sempre presente, sempre participando, 1º Secretário da Câmara Municipal.

Como em todos os municípios mato-grossenses, mas aqui em Cuiabá quem olha de fora não tem ideia do quanto nós temos de ocupações que não foram regularizadas, de posses que não dão segurança jurídica, de imbróglia que não acabam indo à Justiça, a Vara Agrária com muitos processos para serem decididos, mais de 60% dos lotes são urbanos de Cuiabá que não têm estrutura, não têm documento, são posses que não dão segurança. E as pessoas, as famílias, e, principalmente, aquelas que são mais carentes, aquelas que dependem mais dos órgãos públicos, as mais empobrecidas sofrem com isso, porque dormem sem saber se vão acordar dentro de suas casas com as seguranças jurídicas ou se vão acordar com o Oficial de Justiça para cumprir o mandado de reintegração de posse e retirá-las da área em que vivem e criam seus filhos com dignidade. Então, esse mandato nosso é um mandato de resistência que tem lado.

O nosso lado não é um lado do agronegócio, do fazendeiro, do latifúndio. É o lado dos pequenos, dos que mais precisam da agricultura familiar e dos mais despossuídos que, às vezes, não têm o amparo das estruturas do Estado e até mesmo da Casa legislativa que, às vezes, faltam com esse amparo. Então, com esse mandato, vocês podem contar sempre. (PALMAS)

Meu amigos e minhas amigas, também quero aqui agradecer a .../cac

1207au05.cac

O SR. PRESIDENTE (VALDIR BARRANCO) - ... vocês podem contar sempre! (PALMAS)

Meus amigos e minhas amigas, também quero agradecer à TV Assembleia e a Rádio Assembleia que estão transmitido essa audiência pública, Sr. Richard, para toda América Latina e a TV Assembleia para todo o Brasil. Nós temos uma audiência muito forte no interior do Estado de Mato Grosso, nos assentamentos por meio das parabólicas por onde nós andamos, Srs. Nilton, Adão, Divino, são testemunhas que os nossos agricultores familiares dão testemunhos de assistirem as nossas programações ou nas Sessões, ou nas audiências públicas ou nas Sessões Especiais. E essa será mais uma delas que está sendo acompanhada, transmitida ao vivo e depois terão inserções ao longo de meses àqueles que não tiveram a oportunidade de assistir ao vivo e poder assistir essa reunião de grande importância. Portanto, os meus agradecimentos a TV Assembleia e a Rádio Assembleia, e de um modo especial aos seus trabalhadores, aos servidores da Rádio e da TV que fazem com que ela funcione.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER SOBRE O TEMA: REGULARIZAÇÃO
FUNDIÁRIA EM CUIABÁ, REALIZADA NO DIA 07 DE DEZEMBRO DE 2017, ÀS 14H.
(TEXTO SEM REVISÃO)

Meus amigos e minhas amigas, a informalidade urbana ocorre na quase totalidade das cidades brasileiras embora não na totalidade das cidades a maior parte está associada a ocupações de população de baixa renda que historicamente não teve acesso a produção formal de habitação e como consequência, é impedida de concretizar a legalidade para que possa exercer o seu direito à cidade e à cidadania. Os loteamentos irregulares a partir de muitos movimentos migratórios, no caso de Cuiabá, especialmente a partir da década de 60, onde a cidade experimentou fortes mudanças no processo de estruturação urbana, bairros criados a partir da chegada de imigrantes sem nenhuma regularização fundiária. A população passa a viver na cidade sem a devida proteção legal da mesma, no imaginário os moradores não se sentem proprietários e de fato e de direito não o são. Sem acesso ao crédito, ao endereço formal vivem às margens.

Esta audiência pública se justifica pela necessidade de discutir e encaminhar a grave situação da falta de regularização fundiária de Cuiabá. A cidade precisa que os órgãos responsáveis pela titulação de terras urbanas e do entorno rural tenham agilidade nos processos em curso e nos que ainda não tiveram em situações formais e processuais encaminhadas. O município tem grandes demandas...

s/nns

1207au06.nns

O SR. PRESIDENTE (VALDIR BARRANCO) - ... tiveram situações formais e processuais encaminhadas.

O município tem grandes demandas das questões de regularização fundiária. A que se entrar na cidade, olhá-la em todas as perspectivas, usar toda a tecnologia disponível para reformular o conceito de moradia garantindo que a população se sinta parte inclusa no território formalmente.

Sabemos que muitas ações já foram realizadas, que a Prefeitura local tem atividades concretas de regularização, mas o que queremos com o nosso trabalho é articular os diversos órgãos que podem contribuir para a formalização dos processos.

Precisamos conhecer experiências positivas, envolver os interessados diretamente, especialmente os presidentes e presidentas de bairros que lutam diuturnamente para melhorar a qualidade de vida dos que mais precisam de regularizar as suas propriedades.

Cuiabá é a nossa capital, a partir da formalização dos processos e de uma possível experiência positiva irradiará para os demais municípios de Mato Grosso e assim Mato Grosso avançará na garantia de direito dos seus munícipes.

O nosso mandato é propositivo, estaremos sempre à disposição para apoiar ações que agreguem e melhorem a vida das cidades. Vamos olhar a nossa Cuiabá por todos os flancos, vamos conhecer todos os bairros e apoiar os que lutam por dias melhores para o coletivo. (PALMAS)

Eu quero já deixar claro que o objetivo da nossa Audiência Pública é colocar este mandato como parceiro das instituições, não é simplesmente cobranças e mais cobranças, são parceiras a serem estabelecidas a partir de uma organização, de um planejamento que possa sair desta Audiência Pública, deste mandato que conhece os problemas, os percalços e a necessidade de se avançar com a regularização fundiária urbana e rural do Estado de Mato Grosso.

Convido para fazer o uso da palavra, nosso primeiro orador desta tarde, o nosso companheiro, o Sr. Nilton José de Macedo, Presidente da Federação dos Trabalhadores da Agricultura, FETAGRI.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER SOBRE O TEMA: REGULARIZAÇÃO
FUNDIÁRIA EM CUIABÁ, REALIZADA NO DIA 07 DE DEZEMBRO DE 2017, ÀS 14H.
(TEXTO SEM REVISÃO)

O SR. NILTON JOSÉ DE MACEDO – Boa tarde a todos e a todas.
Quero...

s/ lcb

1207au07.lcb

O SR. NILTON JOSÉ DE MACEDO -...Boa tarde a todos e a todas!

Quero aqui, especialmente, em seu nome, cumprimentar todo dispositivo da mesa, Deputado Valdir Barranco grande parceiro e grande lutador, principalmente, com as entidades de representação, especialmente a agricultura familiar, principalmente, a do meio rural, e também na questão da regularização fundiária do Urbano.

Então, sem seu nome quero cumprimentar todas as nossas autoridades e parceiros que estão na mesa; quero também cumprimentar todos os presidentes e presidentas das associações, tanto as associações urbanas, quer dizer, associações de bairros, associações também dos assentamentos, comunidades tradicionais, especialmente a todos vocês que estão presentes. Eu acho que a importância da presença de vocês, especialmente para uma Audiência Pública de suma importância e mostrar que não é só o Deputado, não só as entidades parceiras, não só os órgãos parceiros, que estão preocupados com a regularização fundiária, principalmente vocês que são os atores que estão lá precisando dessa regularização.

Então, ficamos muitos felizes pelo convite, Deputado Valdir Barranco, quero aqui já pedir desculpas por não estar presente na Audiência Pública do dia 04, mas estiveram outros diretores presentes, inclusive, a nossa diretora, mas obrigado pela homenagem não só para a FETAGRI, mas para todas as entidades de base também e para a nossa companheira Tereza Rios que eu acho que é de suma importância não só para a FETAGRI, mas toda agricultura familiar e, principalmente, as mulheres do Estado de Mato Grosso.

Quero cumprimentar o nosso companheiro Divino, Secretário de Políticas Agrária e o Adão, Secretário de Políticas Agrícola que está presente também.

Dizer da regularização fundiária e tratando do meio urbano, nós sabemos da dificuldade que temos para conseguirmos regularizar, principalmente, aquele pedacinho, aquele terreno que vocês estão, ter o documento para que vocês tenham a segurança para que vocês possam fazer o investimento de vocês, mas principalmente o meio rural, o qual representamos, a dificuldade que temos dentro do Estado de Mato Grosso.

Está aqui o Juarez que agora está à frente da Secretaria e sabe que não é fácil, principalmente quando andamos dentro do Estado e aí as pessoas pensam que a baixada cuiabana é que está mais regularizada, que é a que está mais próxima de todos os órgãos. E nós sabemos que aqui é onde está o principal problema da regularização fundiária dentro do Estado de Mato Grosso. E não é só dos assentamentos, nós sabemos a dificuldade, tem outros vários municípios aqui, quero mandar uma abraço para todos os municípios...

...s/tmr...

1207au08.drm

O SR. NILTON JOSÉ DE MACEDO -... tem outros vários municípios aqui, quero mandar uma abraço para todos os municípios, outros movimentos sociais que estão aí presente também, especialmente quero parabenizar principalmente pelo trabalho que vem desenvolvendo nesses últimos anos e levando informação principalmente para a base, principalmente e diretamente

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER SOBRE O TEMA: REGULARIZAÇÃO
FUNDIÁRIA EM CUIABÁ, REALIZADA NO DIA 07 DE DEZEMBRO DE 2017, ÀS 14H.
(TEXTO SEM REVISÃO)

para nós trabalhadores e nós temos muito dirigente em nosso sindicato que está ouvindo nesse momento e não só os dirigente como o nosso trabalhador e trabalhadores rurais deste Estado também.

Então, o meio rural é meio complicado nós pensávamos que através da 759 ia resolver praticamente todas as questões da regularização dos assentamentos e nós sabemos não só dos assentamentos dos posseiros e também desses tradicionais também.

Agora foi sancionada 13,465 que também ela trás alguns instrumentos para que nós tenhamos facilidade começar o processo para regularização, mas tem alguns processos também que ao invés de ajudar complica mais. Então, precisamos fazer audiência como essa e não só aqui na Baixada Cuiabana, mas em todo Estado também e aí é importante que inclua todo o Estado, Deputado Valdir Barranco e parabenizo mais uma vez, não só você, mas toda equipe sua e assessoria, a preocupação com regularização fundiária porque ela tem que ser discutida com a sociedade, isso que é de suma importância.

Os assentamentos nós sabemos não só aqui na Baixada Cuiabana e aí nós temos também o INTERMAT não está presente, mas tem as questões do crédito fundiário, principalmente na Baixada Cuiabana onde nós temos o foco maior do assentamento do Estado que são através do INTERMAT e os créditos fundiário dentro do Estado e nós sabemos que tem uma dificuldade muito grande para que possamos regularizar esses assentamentos, regularizar as famílias para que possa dar uma vida digna e dar mais garantias para que eles possam ter sustentabilidade com sua família.

E nós sabemos que principalmente no meio rural, agora vou falar do meio rural porque nós atuamos, estamos atentamente. Agradecemos todos os parceiros aí que nós estamos junto nessa luta, o Valdir sempre esteve junto com a federação de todas ações que nós fazemos principalmente voltada para agricultura familiar e a questão da regularização fundiária e ambiental também.

Estamos tendo dificuldade de regularizar, nós temos assentamento dentro do Estado com 30 anos de existência, onde tem familiar que não acesso o PRONAF A, onde que ele não conseguiu acessar habitação, onde ele não consegue acessar a política pública. Estamos conseguindo com muita luta através do Valdir também e o Valdivino que está aqui presente com Adão que está atento junto ao INCRA para nós titularmos algumas famílias dentro desse assentamento, mas a questão fundiária ela está muito complicada dentro desses assentamentos, nós não conseguimos acessar política pública nenhuma...s/tmr...

1207au09.tmr

O SR. JOSÉ NILTON DE MACEDO - ...não conseguimos acessar política pública nenhuma, principalmente, nos assentamentos do INCRA, dos assentamentos do INTERMAT nós conseguimos começar a titulação deles todos também com muita luta, muita discussão, e eles pegando seus títulos também.

E a questão também dos tradicionais. A Baixada Cuiabana que nós demos foco principalmente dos tradicionais. E quando vamos no restante do Estado para ver quem é tradicional.

Nós temos famílias, Deputado Valdir Barranco, e demais autoridades, na Baixada Cuiabana que vieram do seu bisavô, era para fazer o processo de inventário, passou lá para seus avôs, não foi concluído o processo de inventário, e veio para os seus pais e agora seus pais faleceram

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER SOBRE O TEMA: REGULARIZAÇÃO
FUNDIÁRIA EM CUIABÁ, REALIZADA NO DIA 07 DE DEZEMBRO DE 2017, ÀS 14H.
(TEXTO SEM REVISÃO)

também e não concluiu, e tem dificuldade de ir lá fazer uma inscrição estadual, tem dificuldade de fazer seu cadastro perante ao INDEA para que possa fazer. E sem dizer sem condições de acessar políticas públicas, não consegue acessar o PRONAF, não consegue acessar o PPAA, o PNAE, não consegue ter uma habitação, uma moradia digna e também não consegue também ter uma vida digna para que tenha renda e tenha suas possibilidades.

Eu quero deixar um grande abraço de toda Diretoria da FETAGRI. E dizer que somos grandes parceiros na luta, Deputado Valdir Barranco. Gostaríamos que nós tivéssemos mais Deputados que estiverem abraçando essa causa também. Vai ficar o Divino, juntamente com o Adão, com vocês. Não vamos ficar até o final, mas os dois diretores vão estar aqui respondendo.

E só uma mais vez. Parabenizar pelo trabalho que você teve neste ano, no decorrer deste ano todo, pouco tempo sendo Deputado, e, principalmente a sua luta e a preocupação do trabalhador e trabalhadora rural do Estado de Mato Grosso. Não só de Mato Grosso, como do Brasil.

Obrigado mesmo. Agradeço de coração estar aqui juntamente participando com Vossa Excelência de mais esta Audiência Pública. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (VALDIR BARRANCO) – Obrigado, Nilton.

Eu já vou chamar o próximo orador da Mesa. Enquanto isso, o nosso pessoal, as meninas do Cerimonial já vão fazendo a inscrição de quem de vocês, as lideranças quiserem fazer algum questionamento, alguma pergunta, porque nós vamos intercalar porque senão fica uma Audiência Pública onde só a Mesa fala, e o objetivo aqui é vocês.

Então, vamos ouvir o próximo orador, enquanto isso já vai fazendo a inscrição. Depois do próximo orador, e vamos intercalando um da Mesa e dois da plateia. (PALMAS)

Nós vamos ouvir o André Luiz, que é nosso amigo que trabalhou no INCRA, quando eu fui Superintendente. Já está no Terra Legal.../cac

1207au010.cac

O SR. PRESIDENTE (VALDIR BARRANCO) - ... Superintendente e já está no Terra Legal há um bom tempo e agora assumiu a coordenação do Programa de Regularização Fundiária da Amazônia Legal.

O SR. ANDRÉ LUIZ VETTER – Boa tarde a todos!

Quero cumprimentar a Mesa em nome do Deputado Valdir Barranco e parabenizá-lo pela iniciativa. Esse tema é tão complexo, intenso, importante para a sociedade mato-grossense, para a sociedade cuiabana, para a sociedade brasileira, para a Amazônia Legal. Realmente é muito bom saber que tem lideranças, representantes da sociedade preocupando, gastando o seu esforço com a regularização fundiária, eu acho que é um tema que precisa ser debatido mesmo nesse formato de audiência pública.

Quero parabenizar a sua assessoria, Vossa Excelência está muito bem assessorado com pessoas que conhecem o tema. Quero agradecer ao convite para que possamos dar a nossa palavra e de repente responder algumas dúvidas e explicar como funciona o Programa Terra Legal, como está inserido o Programa Terra Legal nesse contexto de regularização fundiária urbana e rural em Cuiabá. Mas antes de entrar no assunto Terra Legal, gostaria de transmitir um recado do Sr. João Bosco de Moraes, Superintendente do INCRA. Enquanto eu estava compondo a Mesa, recebi um telefonema onde fui avisado por parte de sua assessoria que ele pede desculpas por não estar presente, ele está em audiência na Justiça Federal e não pode comparecer, talvez durante a audiência pública se surgir alguma dúvida sobre o INCRA possamos responder. Por ser servidor do INCRA há

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER SOBRE O TEMA: REGULARIZAÇÃO
FUNDIÁRIA EM CUIABÁ, REALIZADA NO DIA 07 DE DEZEMBRO DE 2017, ÀS 14H.
(TEXTO SEM REVISÃO)

dez anos, mas eu estou desde o início, desde 2009 no Programa Terra Legal. Coloco-me à disposição e se eu for capaz de responder eu respondo.

E sobre o Terra Legal, gente, é um programa que foi criado em 2009, com a Lei nº 11.952, na época iniciou em Mato Grosso sob a coordenação do Sr. Nelson Borges, que está presente. E com uma lei nova, com muita esperança de uma regularização fundiária, mas que ao longo do caminho encontrou algumas dificuldades, algumas barreiras que foram vendidas e outras não. Temos agora, recente, em 2016 uma medida provisória convertida em lei, que o nosso colega da FETAGRI falou, mencionou a Medida Provisória nº 759, Lei nº 465...

s/nns

1207au11.nns

O SR. ANDRÉ LUIZ WELTER - ... FETAGRI falou, mencionou a Medida Provisória nº 759, Lei nº 13.465 e ainda esse caminho não encerrou esse ciclo de mudança na legislação em função de que ainda falta decreto regulamentador para que muitas coisas dessa nova legislação seja aplicada na prática.

Desde já eu conclamo a todos as lideranças ao Deputado, a toda Casa que tutem para que esse decreto seja publicado o mais breve possível para que possamos aplicar na prática essa legislação.

O Terra Legal tem, aqui em Mato Grosso, um programa da Amazônia Legal, mas aqui em Mato Grosso é executado pelo INCRA, tem uma superintendência específica do INCRA lá em Brasília e tem um escritório aqui no Estado, mas ele é coordenado pela SEAD, Secretaria Especial de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário, o qual represento aqui que é MDA, que foi extinto agora recentemente em 2016.

Aqui em Mato Grosso temos a missão de regularizar aproximadamente quinhentas e quarenta e duas glebas públicas federais que perfazem nove milhões de hectares. Temos um território imenso a ser trabalhado, temos glebas públicas federais em vários municípios aqui do Estado.

O Deputado Valdir Barranco citava Confresa, lá já temos ações, resultado entregue lá em Confresa e isso representa uma grande dificuldade para nós porque assim como todos os outros órgãos fundiários. Tenho certeza que falarão da sua dificuldade estrutural.

Mais uma vez também, quando o assunto é pedir, chorar, eu peço a vocês representantes do povo que em suas falas, em suas reuniões, que atuem para que esses órgãos fundiários sejam fortalecidos.

Órgãos fundiários, leia-se INCRA, Terra Legal, INTERMAT, além do Marco Legal que precisamos que o mesmo, cada vez mais, represente o que realmente ocorre no campo, que ele tenha dispositivo que nos propicie resolver o que está no campo, os órgãos precisam ser reestruturados também.

A exemplo do INCRA que boa parte da equipe do Terra Legal vem do INCRA, ano que vem existe a previsão aqui na superintendência de Mato Grosso de aposentadoria de quarenta por cento da sua força de trabalho, que já não é muita.

Temos que aproveitar esses momentos para pensar se queremos a regularização fundiária de fato, além de discutir a legislação, além de planejar as ações...

s/ lcb

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER SOBRE O TEMA: REGULARIZAÇÃO
FUNDIÁRIA EM CUIABÁ, REALIZADA NO DIA 07 DE DEZEMBRO DE 2017, ÀS 14H.
(TEXTO SEM REVISÃO)

1207au12.lcb

O SR. ANDRÉ LUIZ WELTER-...se queremos a regularização fundiária de fato, além de discutir a legislação, além de planejar as ações, nós precisamos fortalecer os órgãos fundiários. O Deputado Valdir Barranco conhece essa realidade porque foi um excelente superintendente do INCRA. Então, nós precisamos que todos apoiem e entendam que órgão fundiário só vai conseguir levar o resultado ao campo, à cidade, se ele tiver estrutura.

Dentro dessas quinhentos e quarenta e duas glebas públicas federais do Terra Legal e dos nove milhões de hectares, no passado, antes da criação do programa, em 2009, foram emitidos 18 mil e 500 títulos que são de nossa responsabilidade, a análise, e hoje se as pessoas que foram tituladas cumpriram ou não o contrato que estava previsto no título.

Então, vejam bem que temos uma enorme missão aqui no Estado de Mato Grosso e temos trabalhado muito, temos atendido a população.

O Terra Legal aqui no Estado de Mato Grosso já georeferenciou aproximadamente 80% dessas 542 glebas desses 9 milhões de hectares. Ou seja, se no passado quando alguém nos procurava para regularização fundiária e nós dizíamos assim: “olha, vamos regularizar, mas só quando georeferenciar a gleba, só quando georeferenciar a área.” Hoje, esse não é um dos grandes problemas do Terra Legal, porque temos feito o georeferenciamento.

Além disso, nos municípios citados, nós temos entregue já aqui no Estado de Mato Grosso 53 doações de área urbanas a municípios. Então, nesse tema de área urbana, o Terra Legal atua também na doação de área urbana aos municípios para que eles possam fazer a sua regularização fundiária, lote a lote.

Para que todos entendam, a União não pode regularizar lotes residenciais. Então, nos casos em que existe área urbana dentro de gleba pública federal ou dentro de projeto de assentamento, cabe ao Terra Legal fazer a doação ao Município.

Aqui no Município de Cuiabá nós temos emblemáticas glebas despraiado, quarta-feira, Sucuri I e II e Gleba Ribeirão, onde temos boa parte do perímetro urbano inserido nessas glebas e temos uma grande demanda de regularização fundiária.

Então, temos uma grande missão com a prefeitura de Cuiabá para doar essas áreas urbanas para que a prefeitura possa regularizar os lotes.

Nesse quesito estamos...

...s/drm...

1207au13.drm

O SR. ANDRÉ LUIZ WELTER-... para que a prefeitura possa regularizar os lotes.

Nesses quesitos estamos atualmente com um processo de doação de área urbana aberta que é na Gleba Ribeirão, que vai beneficiar o bairro Jardim União e Paraíso, pelo menos em parte, a aproximadamente duas mil casas, duas mil residências.

Então, eu me coloco a disposição de todos, agradeço a presença, e digo o seguinte: a regularização fundiária é assunto que precisa ser de persistência e precisa de perseverança e união, então vamos unir todos para que nós definitivamente atravesse essa face de regularização e parte para as fase posteriores que são necessário para o desenvolvimento da sociedade.

Muito obrigado a todos (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (VALDIR BARRANCO) – Muito obrigado André, e aproveitando André, eu cobrei os Senadores Cidinho e Wellington Fagundes há duas semanas, sobre a publicação do decreto de regulamentação da lei 13.465 de 2017, o Senador Wellington já

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER SOBRE O TEMA: REGULARIZAÇÃO
FUNDIÁRIA EM CUIABÁ, REALIZADA NO DIA 07 DE DEZEMBRO DE 2017, ÀS 14H.
(TEXTO SEM REVISÃO)

encaminhou um ofício para a Casa Civil e a Casa Civil já respondeu dizendo que pretende fazer a publicação até o final deste ano ainda. Então, estamos atento e cobrando porque sabemos que a MP 469 trouxe alterações, nós apresentamos aqui no Estado juntamente no exercício do nosso mandato FETAGRI em sintonia com mandato do senador Wellington 20 Emendas a essa MP.

O Richard que está aqui na mesa e vai palestrar daqui a pouco, acompanhou de perto também a tramitação da MP que hoje é a lei 13.465. É importante a publicação do Decreto que já há cinco meses está aprovado e sancionado, sendo o decreto ela não entra efetivamente em vigor.

Quero já convidar aqui para fazer uso da palavra o representante da plateia, o Emídio Antônio de Souza, Presidente da Associação Comunitária de Habitação do Estado de Mato Grosso, enquanto isso, já agradecer aqui a presença do Daniel da Silva, Presidente da Associação de Pequenos Produtores Rurais do Barreiro Branco e também o Sr. José Gonçalves Lourenço, Presidente da Associação dos Pequenos Produtores Rurais, Flor de Minas, o Sr. Zé.

O SR. EMÍDIO ANTÔNIO DE SOUZA – Boa tarde a todos e a todas!

Agradecer a oportunidade de poder falar um pouquinho da questão fundiária, eu quero aqui dizer que tem pouco espaço para poder reivindicar os nossos direitos...s/tmr

1207au14.tmr

O SR. EMÍDIO ANTÔNIO DE SOUZA - .. eu quero aqui dizer que tem pouco espaço para poder reivindicar os nossos direitos, quero falar mais voltado a Cuiabá.

Esta Audiência Pública é para Cuiabá. Temos o problema seríssimo da regularização fundiária. Então, vamos aproveitar esse pequeno espaço para a questão de Cuiabá. Temos além dos bairros que já foram encaminhados para a regularização fundiária em Cuiabá, nós temos aí uma eminência de ser despejado a qualquer momento pela Vara Agrária, pela Secretaria da Ordem Pública mais de 63 comunidades em Cuiabá.

Então, a situação é muito grave que eu gostaria de pedir para Vossas Excelências e os demais Deputados que não estão aqui, mas se tiverem um pouquinho de compromisso com a questão fundiária, que possam resolver esse problema. Cuiabá é muito sério.

Eu moro no Bairro Novo Paraíso, há 31 anos, eu sou um dos primeiros moradores do Novo Paraíso, antigo Inferninho do Dante, e, hoje com 9 mil habitantes nós temos ali 80% que não tem sequer matrícula do lote. Não temos o direito da escola pública, de creche de pública, porque o bairro não tem sequer a matrícula.

Da mesma forma, nós temos vários bairros em Cuiabá nessa situação. Desde 1995 do **abarramento** urbano para cá, sinceridade, só vejo Prefeito e Governo fazendo regularização fundiária de área pertinente ao Estado, de área pertinente ao município, mas têm as áreas particulares que seja documento falso, frio ou não, esse povo está à mercê da situação. Esse povo não tem sequer o direito de ter o CEP de suas casas, o direito sequer de colocar no seu currículo para poder ter o seu trabalho digno, porque não está regularizado. Então, o problema é muito sério. E nossas autoridades ficam brincando com o nosso povo em Cuiabá.

Gente, pelo amor de Deus, não basta apenas em época de eleição lembrar do nosso povo da periferia. É preciso após eleição. E parabenizo o Deputado de nós .../cac

1207au015.cac

O SR. EMÍDIO ANTÔNIO DE SOUZA - ... após a eleição. E parabenizo ao Deputado por nos formalizar o convite para que nós estivéssemos aqui para poder discutir.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER SOBRE O TEMA: REGULARIZAÇÃO
FUNDIÁRIA EM CUIABÁ, REALIZADA NO DIA 07 DE DEZEMBRO DE 2017, ÀS 14H.
(TEXTO SEM REVISÃO)

Gente, nós precisamos fazer a qualquer momento um movimento em Cuiabá para parar tudo, porque da forma que estamos vendo a polícia chegando nas comunidades com o aparato de guerra e os moradores não sabem se continuará naquele bairro ou não. São 63 (sessenta e três) comunidades, gente! Em alguns bairros são vinte casas, cinquenta casas, duzentas casas e existe comunidade integral. Então, pessoal, nós precisamos de unir a nossa força, aproveitar isso, você entendeu? E dizer que as áreas particulares que estão sendo beneficiadas pela vara agrária que só apoia as construtoras é muito triste, porque o nosso povo não tem direito de dormir sossegado, de ter a sua regularização fundiária.

Muito obrigado! (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (VALDIR BARRANCO) – Muito obrigado, Sr. Emídio. Conte com o nosso apoio, Sr. Emídio. Convido da plateia o Sr. João Batista Rocha, representando a Associação Comunitária de Habitação de Cuiabá.

O SR. JOÃO BATISTA ROCHA – Dá para ficar em pé com a graça de Deus. E eu primeiramente agradeço também a Deus pela abertura desse trabalho, porque toda autoridade a palavra fala que é herdada por Deus. E a autoridade do Deputado, com certeza, é permitida pelo Senhor e justamente para que essa autoridade veja o povo sofrido, dê acalento para esse povo, porque é deles que o Senhor está olhando. Não são daqueles donos de terra que eu posso dizer com propriedade, pelas várias ações que temos enfrentado no judiciário onde infelizmente o instituto da fé pública dos cartórios nos impede realmente de...

s/nns

1207au16.nns

O SR. JOÃO BATISTA ROCHA - ... da fé pública, dos cartórios nos impede realmente de questionar esses títulos estranhamente registrados.

Em muitas situações vemos que houve uma certa falsificação, má fé de quem produziu o título para em seguida mandar esse povo para a rua. Esse povo que muitas vezes entra nesse programa habitacional do Governo, Deputado, e não sabe como que é aquele sorteio e nunca são contemplados.

Eles resolvem fazer seu barraquinho para ter condições de trabalhar porque senão morrem de fome, chegam lá no dia seguinte... no dia seguinte não, depois de meses, anos, aparece o Poder Público para arrancá-los de lá. Ora, onde está o Poder Público para falar: “Aqui você não pode!”?

Esses sessenta bairros que o Sr. Emídio falou, o eminente representante do município de Cuiabá sabe disso, a ordem pública despeja as pessoas, Vereador Dilemário, alegando que estão em área de preservação permanente, área verde. Ora, desde 1992, da Lei Orgânica do Município que é obrigação do município cuidar dessas áreas. Por que na hora que o povo foi lá, o trabalhador que precisar ter onde morar, por que não foi lá falar: “Olha, você não pode morar aí!”?

Agora, depois que ele constrói, depois que ele constitui uma família, que ele coloca ali uma maneira de ser sustentável para ele trabalhar, chega o Poder Público lá com máquina, com polícia, já que nós quem pagamos esses policiais com o nosso dinheiro, somos contribuintes (PALMAS), mas chega lá para derrubar.

Essa situação é inaceitável. Deputado, parabéns pelos eu trabalho, como representante do povo, peço encaminhamento, que Vossa Excelência encaminhe ao município de Cuiabá e à Ordem Pública, principalmente que está ali desejando as pessoas ilegalmente, irregularmente sem justificativa, sem direito de defesa, Dilemário.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER SOBRE O TEMA: REGULARIZAÇÃO
FUNDIÁRIA EM CUIABÁ, REALIZADA NO DIA 07 DE DEZEMBRO DE 2017, ÀS 14H.
(TEXTO SEM REVISÃO)

Lá no Três Lagoas derrubou dez, vinte casas e não foram notificados, isso é ilegal, está na Constituição que todo mundo tem direito de defesa, todo mundo tem direito a um devido processo legal, mas eles foram derrubando.

A Presidente, Cris, nos procurou, nós como representantes da SEDAM, temos um corpo jurídico que faz as defesas dessas pessoas e colocamos lá, protocolamos e quando foi no dia seguinte, cinco dias depois, estava lá o Secretário de novo para derrubar. Eu falei que aqui não, tive que me colocar na frente da máquina para impedir mais uma casa de ser derrubada. Ora, mostrei a eles a defesa administrativa, mas ainda sim queriam derrubar.

Essas pseudo-autoridades na hora de pedir votos, sabem pedir votos ao pobre, sabem, mas não os respeitam depois não. (PALMAS)

Eu peço aqui que o Vereador também tome providência nesse sentido junto ao Poder Executivo...
s/ lcb

1207au17.lcb

O SR. JOÃO BATISTA ROCHA -...eu peço ao Vereador que tome providência, nesse sentido, junto ao Poder Executivo, para que impeça isso daí. Tem sessenta bairros para serem despejados e as pessoas não foram notificadas.

Eu gostaria do encaminhamento da Mesa da Audiência Pública, o nosso Deputado e o representante do Legislativo Municipal, que façam o encaminhamento ao prefeito, já que a Audiência Pública é de Cuiabá, ao Prefeito Municipal de Cuiabá e a Secretaria de Ordem Pública para que não despejem mais ninguém sem notificação. As pessoas têm o direito de se defenderem. E outra, essas pessoas têm o direito pela Lei Federal que um dos Deputados... eu não me lembro, a Lei 13 mil, eu não sei se é essa ou uma anterior, que é do Programa Minha Casa, Minha Vida, fala que essas pessoas têm o direito, como prioridade, na inserção de conjunto habitacional. E cadê eles? Está aqui. Estão todos aqui correndo atrás para defender a sua casinha, com a polícia lá para arrancá-los. É inadmissível isso, Deputado!

Nós temos ali uma situação no Altos do Paraíso, que são mais de trezentas famílias, Deputado. Gostaríamos da seu apoio, a sua equipe esteve lá. Agradecemos. Fazemos reuniões, eles estão lá se colocando à disposição para que possamos fazer. Queremos que o seu gabinete ajude nesse sentido, que encaminhe para a vara agrária um requerimento falando por que está sendo despejado sem audiência de justificação, sem audiência de conciliação e, logicamente, acho que nem a de julgamento ele iria fazer. Tanto que é parcial a construtora. E nós questionamos documentos. Já protocolamos questionando documento. Por que o Juiz da 2ª Vara, tanto a titular quanto a substituta está patrolando o regramento do processo de código civil, código CPC. Nós queremos esse encaminhamento, são três encaminhamentos.

E outro encaminhamento, Deputado, para que não estejamos só no discurso, nós queremos ver resultado desta Audiência Pública. Não é isso, pessoal?

(A PLATEIA SE MANIFESTA – PALMAS)

O SR. JOÃO BATISTA ROCHA – Queremos ver resultado. Também para que o senhor Secretário da Casa Militar que ele presida o Comitê Estadual de Conflito Agrário, Conflito Fundiário, que ele se coloque no lugar dele como representante do povo. O cargo dele é uma cargo de confiança e é uma cargo de quem está como servidor público respondendo o que a lei manda. A lei determina que o comitê, Dilemário, pasmem, quando encaminhamos para ele para que

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER SOBRE O TEMA: REGULARIZAÇÃO
FUNDIÁRIA EM CUIABÁ, REALIZADA NO DIA 07 DE DEZEMBRO DE 2017, ÀS 14H.
(TEXTO SEM REVISÃO)

podéssemos participar da reunião para discutir essa questão do despejo do Altos do Paraíso, queremos saber como foi o encaminhamento, se está sendo feito o estudo de situação, como fotos coloridas, não queremos fotos preta e branca como eles costumam fazer, tapear e vão lá e despejam as pessoas...

...s/tmr...

1207au18.drm

O SR. JOÃO BASTISTA ROCHA -... não queremos fotos preta e branca como eles costumam fazer, tapear e vão lá e despejam as pessoas não, nós queremos uma coisa bem minuciosa.

Quando encaminhamos para Coronel, o que aconteceu? E questionamos também quem são os membros do comitê, ele respondeu dizendo que se eu quiser procure no Decreto quem são os membros, se eu quiser...nós não podemos participar, oras! Lá é um prédio público, como que não podemos participar, reunião secreta que estão querendo fazer aqui na câmara que Vossa Excelência é contra também que eu sei, como digno representante do povo cuiabano. E depois também diz que não, ele não pode fazer audiência, oras! Está no Decreto de criação Deputado, no Decreto que regulamenta o comitê ele tem o direito de fazer reunião entre as partes como principio, como Dante criou esse decreto como democratas que ele era, liderança nacional nas Direta Já. O espírito democrático dele é para falar o seguinte, basta! Basta de autoritarismo, nós vivemos numa democracia e o Coronel não quer diz que não, ele não tem essa prerrogativa.

Oras ele é pau mandado do judiciário? O judiciário já tem oficial de justiça, não precisa de comitê, nós queremos encaminhamento disso aí. Questionar, eu vou encaminhar para Vossa Excelência copia desses requerimentos a resposta dele está aqui, negando tudo isso, mostra para esse coronel que é o seguinte;

Nós respeitamos, nós gastamos da Policia Militar, como nosso representante para prender bandido, mas não prender trabalhador, não derrubar casa de trabalhador, está certo? (PALMAS)

Era o que eu tinha para registrar, gostaria desses encaminhamentos para que seja profícua essa Audiência Pública e mais uma vez parablenho Vossa Excelência pelo trabalho, por está atento essa questão da regularização fundiária e também se coloca a disposição do gabinete e nós colocamos também a disposição da SEDAN o nosso Presidente Emídio de Souza, essa luta árduo de vinte anos que criou aquele complexo Paraíso com quatro bairros, e mais nove mil habitantes ali. Está aí o homem trabalhador, ninguém tem o que falar dele, que enfrenta toda essas situações de barões aí, a situação do Novo Paraíso também é uma questão Dilemário, pseudo do dono, se você olhar fundo como que é que ele ganhou a terra é estranho, e isso acontece na área urbana em Cuiabá e na área rural.

Obrigado (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (VALDIR BARRANCO) – Obrigado, Joao Batista, eu tomei nota aqui de suas sugestões, mas depois a minha equipe vai sentar com você...s/tmr...

1207au19.tmr

O SR. PRESIDENTE (VALDIR BARRANCO) - ... Eu tomei nota aqui de suas sugestões, mas depois a minha equipe vai sentar com você para que não fique nada de fora para os encaminhamentos. (PALMAS).

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER SOBRE O TEMA: REGULARIZAÇÃO
FUNDIÁRIA EM CUIABÁ, REALIZADA NO DIA 07 DE DEZEMBRO DE 2017, ÀS 14H.
(TEXTO SEM REVISÃO)

E dizer para você que eu tenho cobrado na imprensa e também aqui na tribuna desta Casa, inclusive através de requerimentos à Secretaria de Segurança Pública, ao Tribunal de Justiça, que o devido processo legal seja respeitado, como o direito de ampla defesa e ao contraditório. Não é possível... E nós temos acompanhado alguns casos e a partir das minhas cobranças que aos poucos tem mudado também, não é possível sair um mandado de reintegração de posse e, às vezes, sem mandado de reiteração de posse, a polícia retirar as famílias das posses sem que elas tenham o direito de ampla defesa. Então, esse é o espaço para que nós possamos defendê-los também.

Quero convidar da Mesa o Jeová Feliciano de Souza, Diretor de Assentamento, neste ato representando o Presidente do INTERMAT, Sr. Cândido Teles de Araújo. Desde já agradecendo, Jeová, sua presença que é de extrema importância para o avanço de nossas discussões. (PALMAS)

O SR. JEOVÁ DE SOUZA - Em primeiro lugar boa tarde a todos e a todas!

Como Diretor do Assentamento do Instituto de Terras de Mato Grosso, em nome do nosso Presidente, Dr. Cândido Teles, quero aqui cumprimentar a Mesa em nome do Deputado Valdir Barranco e os demais companheiros que aqui estão, Vereador Dilemário Alencar, restante da tarde, Dr. Richard, Secretário, Juarez Fiel, o companheiro Nilton, Presidente do FETAGRI, colega do Terra Legal, André, Srs. Presidentes de Associações de Sindicatos que aqui se encontram, demais senhoras e senhores, pediria desculpas inicialmente de me abster a falar praticamente da área rural, tendo em vista que o nosso trabalho junto ao INTERMAT limita-se a área rural. A nossa colega Diretora da Área Urbana não pode estar presente, mas nós vamos tentar falar o máximo que puder em relação aos nossos assentamentos da área rural de Cuiabá. Não só de Cuiabá, Deputado Valdir Barranco, como também de toda Baixada Cuiabana, porque tratar apenas com o Município de Cuiabá, digamos assim, seria tampar o sol com a peneira, porque todo desenvolvimento da nossa Capital, além do interior .../cac

1207au020.cac

O SR. JEOVÁ FELICIANO DE SOUZA - ... da nossa Capital, além do interior, claro, a Baixada Cuiabana, é de primordial importância. E a sua regularização fundiária não deixa de ser tão importante em todos os municípios da Baixada cuiabana.

Nós temos no Estado de Mato Grosso por meio do INTERMAT faz a gestão de cento e vinte e dois assentamentos e de mais umas oito glebas rurais somando cerca de cento e trinta assentamentos, dos quais setenta e cinco estão localizados na Baixada Cuiabana, ou seja, mais de 50% dos nossos assentados estão na Baixada Cuiabana num total de doze mil famílias do Estado temos seis mil famílias na Baixada Cuiabana. Temos setenta e cinco assentamentos com seis mil famílias e só para vocês terem noção, o município de Cuiabá nós temos cinco assentamentos com cerca de setecentos e cinquenta famílias; temos o Município de Santo Antônio de Leverger com oito assentamentos e oitocentos e sessenta famílias de agricultores familiares; temos o Município de Jangada com nove assentamentos e mil famílias; temos o Município de Livramento com dezenove assentamentos e mil e duzentas famílias; o Município de Poconé com quinhentas famílias espalhadas por dez assentamentos; Município de Chapada dos Guimarães com três assentamentos e quatrocentas famílias; Rosário Oeste que é onde temos a maior quantidade de assentados que somam mil e trezentas famílias com vinte e um assentamentos.

Talvez resolvermos os problemas fundiários urbanos de imediato e deixarmos os problemas fundiários agrários da zona rural, dos assentamentos talvez resolva pouco porque se

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER SOBRE O TEMA: REGULARIZAÇÃO
FUNDIÁRIA EM CUIABÁ, REALIZADA NO DIA 07 DE DEZEMBRO DE 2017, ÀS 14H.
(TEXTO SEM REVISÃO)

deixarmos todas essas famílias no campo sem regularização, jogadas nesses assentamentos umas, pasmem, há mais de quarenta anos, falaram aqui trinta, mas nós temos assentamentos que datam de quarenta anos. E em Guiratinga temos o assentamento mais velho do Estado com quarenta anos. Então, pouco adiantaria resolvermos os problemas de todos da capital do perímetro urbano se nós atacarmos de frente todos os problemas dos assentamentos da zona rural tendo em vista essas famílias abandonadas como estão sem os seus títulos, sem o direito ao domínio das suas propriedades, sem a identidade dos seus imóveis, fatalmente essas famílias migrariam para a capital e criariam novas favelas, novos bairros e assim por diante...

s/nns

1207au21.nns

O SR. JEOVÁ FELICIANO DE SOUZA - ... migrariam para a capital e criariam novas favelas, novos bairros e assim por diante.

Quer dizer, todo esse trabalho que hoje faria na área urbana, daqui a cinco ou dez anos seria totalmente de novo, com outras áreas, com outras pessoas que viriam da zona rural, praticariam o êxodo rural, abandonando, deixando de produzir e inchando as nossas periferias.

Portanto, Deputado Valdir Barranco e companheiros da mesa, atacar a regularização fundiária rural na baixada cuiabana é muito importante para o Estado de Mato Grosso. Muito mesmo porque, vejam bem, são seis mil famílias que não têm endereço formal, a maioria não tem CCIR, a maioria não tem o seu ITR, essas famílias não têm inscrição estadual, não conseguem trazer sua produção para vender na feira porque não consegue emitir nota fiscal, não conseguem fazer um cadastro no INDEA e assim por diante. Elas produzem de forma quase que clandestina.

Elas foram jogadas nesses assentamentos, não por conta própria, mas sim levadas, muitas delas, conduzidas pelo Poder Público e assentadas lá que os abandonou e deixou lá na forma como estão. Não é justo, não é correto que uma família fique cinco, dez, quinze e até quarenta anos vivendo lá na zona rural sem documento.

Imaginem os senhores que quando uma família chegou na zona rural, o rapaz às vezes era solteiro, depois casou, teve uma família, os filhos casaram, tem netos. A família mora lá e ainda não tem títulos. Eles vão embora, partirão, deixarão este mundo sem saber se deixou aquela herancinha ao seu filho porque se não tem título, não tem nada. Ele deixa apenas uma expectativa de direito, apenas uma ocupação possessória como disse aqui o colega que antecedeu; daqui a pouco pode aparecer um título que ninguém sabe de onde surgiu e dizer: “Esta propriedade é minha”.

Estão os senhores brigando, lutando (PALMAS) para não ser despejados de onde vocês nasceram, muita das vezes seus próprios pais ali nasceram. É muito importante esse trabalho.

Quero parabenizar aqui o Deputado Valdir Barranco e toda sua equipe por realizar esta Audiência para tratar dessa regularização, principalmente a regularização, não menos importante a urbana, mas tão importante a regularização fundiária rural porque com certeza a regularização fundiária rural traz a paz social, diminui conflitos.

Quero dizer que a Dr^a Adriana Coningham...

s/ lcb

1207au22.lcb

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER SOBRE O TEMA: REGULARIZAÇÃO
FUNDIÁRIA EM CUIABÁ, REALIZADA NO DIA 07 DE DEZEMBRO DE 2017, ÀS 14H.
(TEXTO SEM REVISÃO)

O SR. GEOVÁ FELICIANO -...ela diminui conflitos, eu quero dizer, a Dr^a Adriana Cônega vai ter muito menos ações daqui a cinco, dez anos, se nós regularizarmos as nossas seis mil famílias que estão aqui hoje representadas, podem ter certeza disso, gente (PALMAS)

Então, acho que o nosso caminho é efetivar essa regularização. Nós recebemos a incumbência a partir de março, quando nós assumimos a Diretoria de Assentamento do INTERMAT, que era regularizar esses assentamentos. Eu disse: olha, se for para titular as famílias, se for para dar o documento delas, a escriturinha delas, eu topo. Se for para embromar, se for para enrolar, mentir e levar promessa, eu estou fora. Eu não vou. Vou lá se me derem autonomia para resolver o problema do assentado. Qual é o problema do assentado? É ter o título dele. É isso que interessa. “Há, mas ele vai pegar e vai vender”. E daí? É dele. Ele mora lá. Ele nasceu lá. É um direito que ele tem. Ele ocupa essa área há dezenas de anos. Então, é dele. Ninguém tem que botar o bedelho e dizer: “olha, nós não vamos titular, porque depois ele vai vender”. Isso é um problema dele. Ele que vai cuidar do patrimônio dele com a sua família. Se ele vendeu, não tem problema. Ele vai para o cadastro e não vai ter outro lote depois. Agora, vamos dar esse título para ele (PALMAS).

Então, essa é a nossa missão. Esse é o novo INTERMAT hoje. O INTERMAT em toda a sua história nunca titulou um assentamento. Nunca trabalhou para os pobres. O INTERMAT titulou a vida toda as médias e grandes propriedades. Não que elas não sejam importantes, elas estão produzindo e gerando riquezas, mas o INTERMAT nunca trabalhou para os pobres. Se dessa vez nós estamos trabalhando para os pobres, nós já regularizamos três assentamentos (PALMAS)... e temos uma meta que é concluir dentro de três anos os 122 assentamentos, mais 08 glebas que está na nossas gestão e nós vamos concluir com a graça de Deus, agora, precisamos muito de parceria, parceria com a Assembleia Legislativa, parceria com os municípios e, acima de tudo, parceria com os sindicatos de vocês. Hoje, o INTERMAT tinha há cinco anos duzentos servidores. Não é, Francisco, salve engano? Trezentos e cinquenta e cinco servidores, gente. Está aí o nome dos nossos mais antigos servidores do INTERMAT, o Francisco que é o nosso sindicalista lá do Sindicato. Hoje, nós temos cinquenta e cinco servidores efetivos para atender a mesma quantidades de municípios.

Então, é difícil, nós estamos trabalhando no limite da nossa capacidade, mas vamos contar com o apoio, sobretudo, senhores, que numa parceria pode buscar o INTERMAT por meio dos seus sindicatos de trabalhadores rurais, a FETAGRI. E as associações que vocês têm lá nos assentamentos de vocês, nos procurem, nós vamos resolver o problema da regularização...

...s/tmr...

1207au23.drm

O SR. GEOVÁ FELICIANO -...resolver o problema da regularização da regularização de vocês. Claro! Precisamos contar com apoio de vocês, estamos lá a disposição, queremos dizer que o INTERMAT é um novo INTERMAT, está a disposição sobretudo das pessoas que mais dele precisam é a nossa fala. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (VALDIR BARRANCO) - Obrigado Geová, quero aqui cumprimentar o Francisco que em seu nome todos os ser servidores do INTERMAT aqui do Estado de Mato Grosso. Chamar para fazer uso da palavra, o um amigo Manoel Brito de Souza, Presidente do Assentamento Antônio Batista (PALMAS)

E veio muito elegante o Brito.

O SR. MANOEL BRITO DE SOUZA – Quero agradecer o Deputado Valdir Barranco, meu amigo, meu companheiro, Dilemário Alencar, meu amigo, meu companheiro, que me

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER SOBRE O TEMA: REGULARIZAÇÃO
FUNDIÁRIA EM CUIABÁ, REALIZADA NO DIA 07 DE DEZEMBRO DE 2017, ÀS 14H.
(TEXTO SEM REVISÃO)

ajudou a fundar o bairro Dr. Fábio, uma grande bairro que temos lá hoje. Então, agradeço a você Dilemário por cada ajuda que você nos deu.

Eu só quero deixar bem claro aqui Deputado, temos que fazer uma mobilização muito grande em cima dos títulos definitivos falsos que foi feito no Estado de Mato Grosso e que está tirando todos os trabalhadores do movimento sem terra, tirando o mandato da Juíza de Cuiabá, ela não analisa documento Deputado para saber se ela pode entregar a justiça ou não pode entregar a justiça (PALMAS)

Isso diz respeito aos trabalhadores Deputado, a justiça de Mato Grosso está desrespeitando a justiça dos trabalhadores do movimento sem terra e do movimento sem teto, tem que respeitar esse povo trabalhador. Eu quero aqui Deputado, Vossa Excelência que esteve lá junto comigo, lá no Coxipó do Ouro, estive dois anos brigando com latifundiário, com documentos frio e falso, que tiraram da família assentada, que estava ali produzindo. E a juíza meteu a caneta e mandou todo mundo embora. Título definitivo de Faustino Costa Monteiro, título de senhorinha, título de calisto, onde o senhor Lauro japonês, meteu o título de documento frio em cima, e de lá tiraram meus trabalhadores, mas estamos na luta Deputado, com Vossa Excelência e com os companheiros que tem compromisso com os trabalhadores.

Então, eu gostaria Geová, você como representante do INTERMAT, que vieram fazer essa parceira com Associação dos Pequenos Agricultores que mexe com todos os assentamentos...s/tmr...

1207au24.tmr

O SR. MANOEL BRITO DE SOUZA - ... com Associação dos Pequenos Agricultores que mexe com todos os assentamentos que está provado por “a” mais “b” que esses documentos são frios e são falsos de latifundiários do Estado de Mato Grosso. (PALMAS)

Desde Cuiabá só as condutoras que estão tirando trabalhador junto com o Prefeito e junto com o Secretário do Município. Isso é desrespeitar essa classe menos favorecida. Vocês podem ter a certeza, companheiros, que nós estamos na luta com o nosso Deputado e aqueles que companheiros que vieram somar conosco em defesa desse pai de família, essa mãe de família, dessas crianças que precisam de um teto, dessas crianças, Deputado, que precisam da terra para trabalhar. Eles não têm uma faculdade, eles não têm uma formatura, o lugar nosso é lá, Deputado. Não é aqui, não! Mas a Justiça de Mato Grosso não está vendo isso, não!

Eu quero que a Assembleia Legislativa se posicione a pedido seu, Deputado, e enviasse uma mensagem para a Adriana para que ela analise primeiro a documentação desse povo. Veja primeiro documentação desses latifundiários em Cuiabá e de Mato Grosso, depois ela concedeu a liminar para jogar os pais de família, mães de famílias, as crianças que tanto precisam de um teto e a terra para trabalhar.

Eu quero, Deputado, essa parceria com Vossa Excelência e o meu compromisso com o Jeová, Presidente do INTERMAT, meus companheiros do INCRA, que façam levantamento dessas áreas em toda a região do Estado de Mato Grosso. 90% da região do Estado de Mato Grosso são títulos falsos, são escrituras falsas, registrados nos cartórios comprados a dinheiro. Esses latifundiários tiraram os trabalhadores e jogaram de novo na cidade. Não vamos admitir. Enquanto estivermos vivos, Dilemário, a nossa luta vai ser essa, essa é a nossa luta e a nossa missão que os companheiros nos deram, e nós vamos lutar por isso em defesa dos menos favorecidos que são vocês, trabalhadores. Muito obrigado! (PALMAS)

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER SOBRE O TEMA: REGULARIZAÇÃO
FUNDIÁRIA EM CUIABÁ, REALIZADA NO DIA 07 DE DEZEMBRO DE 2017, ÀS 14H.
(TEXTO SEM REVISÃO)

O SR. PRESIDENTE (VALDIR BARRANCO) - Muito obrigado mesmo.

Obrigado, Brito. Falou muito, falou bonito, falou com o coração com a verdade de quem sente na pele do dia a dia a injustiça.

Quero convidar para fazer uso da palavra o nosso companheiro Juarez Fiel, Diretor Municipal de Agricultura e Abastecimento de Cuiabá; depois o Juarez Fiel, vai falar pela plateia o Gonçalves José de Sales, já fica pronto.

O SR. JUAREZ FIEL – Boa tarde a todos e a todas!

Quero dizer da alegria de poder estar aqui nesta Casa, nesta Audiência Pública, liderada pelo Deputado Valdir Barranco.

E dizer que eu estou quase me sentindo Deputado depois que o meu companheiro .../cac

1207au025.cac

O SR. JUAREZ FIEL ALVES - ... depois que o meu companheiro assumiu essa Casa, porque aqui, Sr. Richard, depois que o Deputado Valdir Barranco com prejuízo de dois anos por essa mesma justiça, por esses mesmos imbróglis, nós perdemos dois anos de um mandato que eu tenho certeza que a história deste Estado já poderia ser outra.

Então, Vossa Excelência merece não só o nosso respeito como da sociedade, porque aqui se fazem as leis, é aqui que nascem os processos e é aqui que tem que ser fazer esse enfrentamento a uma justiça que primeiramente cuida dos seus salários, não respeita teto, não respeita nada, cooperativista e aí fica só os políticos de ladrão! Tem que haver respeito à Constituição!

Então, aqui, Deputado, tem os trabalhadores, olhem o perfil dessas pessoas. Quando falou de discutir regularização fundiária eu pensei: vai estar eu, o Deputado Valdir Barranco, o Sr. Richard e uma dez, quinze pessoas... Olha a Casa? E aqui estão interpretando sentimentos de milhares e milhares de famílias deste Estado. Quando ouvimos o Sr. Emídio, o João Batista e tantos outros como passou agora o Sr. Manuel Brito, nós percebemos o sentimento, a falta de potência, a falta de respaldo, Vereador Dilemário Alencar, que eu sei da sua luta, sei de um trabalhador como é o Sr. André, do INCRA, pessoas sérias, pessoas que tem histórias. Sei como é a situação da agricultura nesse Estado e eu estou falando como alguém que já passou por vários órgãos, Diretor de EMPAER, Presidente de EMPAER, sempre tive ligado à agricultura familiar. E o que eu vejo é que num debate dessa magnitude, ainda temos aqui um Deputado numa Assembleia de vinte e quatro. Nada contra, cada um cumpre a sua missão. E o Deputado interpreta esse sentimento, mas nós precisávamos, Deputado, e aqui vai uma sugestão nossa, que Vossa Excelência crie um gabinete permanente da discussão sobre a regularização fundiária porque dinheiro existe. Precisamos envolver os nossos Deputados, são eles que fazem as leis. Nós precisamos envolver a Câmara Municipal, Vereador Dilemário Alencar. Hoje eu tive com o Sr. João Hans, que acaba de assumir a Secretaria de Cidades, mas já tinha outro compromisso, mas eu estou falando não como um funcionário da Prefeitura, como Diretor de Agricultura, eu estou falando aqui com o meu coração, sentimento de alguém que vê numa não onde se perpetua...

s/nns

1207au26.nns

O SR. JUAREZ FIEL ALVES - ... sentimento de alguém que vê em uma nação onde se perpetua tantas injustiças, onde locupletam pseudo-autoridades que esta nação.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER SOBRE O TEMA: REGULARIZAÇÃO
FUNDIÁRIA EM CUIABÁ, REALIZADA NO DIA 07 DE DEZEMBRO DE 2017, ÀS 14H.
(TEXTO SEM REVISÃO)

Ainda vejo que sociedade precisa de uma representação popular mais forte (PALMAS), esta sociedade precisa desse grito que hoje Vossa Excelência interpreta aqui neste Estado de Mato Grosso.

Quero dizer, Deputado, que o que depender da nossa participação, o que depender de um instrumento de comunicação que lançarei na semana que vem, que entra lá no LEI agora, será mais um portal deste Estado que interpretará o sentimento dessas pessoas, buscando não só essas notícias que hoje você vê aí, essa notícia de morte, de guerras.

Quero tentar construir dentro do sistema de comunicação as coisas boas e a coisa boa que pode acontecer nesta tarde é apresentar um resultado de uma luta que o Deputado Valdir Barranco assume com muita responsabilidade.

Quero dizer da certeza que podemos mudar essa história buscando o INTERMAT, buscando o INCRA, buscando os cartórios, buscando todos os atores responsáveis por regularização venha ela de onde for, estejam essas pessoas nas condições que estiverem, mas sempre respeitando a dignidade dos menos favorecidos.

Não é possível que se tenha pessoas ainda que precisam apenas de um teto e, às vezes, grandes empresários, donos de construtoras possam chegar com seu tacão e infelizmente tendo do beneplácito do judiciário, tenho as minhas restrições absolutas. (PALMAS)

Então quero, Deputado Valdir Barranco, muito mais como um cidadão, como alguém que acredita em um país melhor, em uma nação onde ser político tenha que ser algo de integridade, coisa de respeito com a sociedade.

Em 1992, como vereador de uma cidade do Mato Grosso do Sul, eu tive nos Estados Unidos fazendo um curso de administração pública e pude perceber como é que se faz política naquele país. As pessoas vão lá para deixar o nome na história, não é para encher o bolso, para ficar rico e locupleta do povo.

Trago isso como sentimento e, graças a Deus, passei por vários governos, como saí desse último onde envolveram trinta e três secretários adjuntos, não consta Juarez Fiel Alves nessas relações premiadas da vida. Trabalharei, preciso trabalhar, mas sempre com dignidade e é esse sentimento que eu tenho...

s/ lcb

1207au27.lcb

O SR. JUAREZ FIEL -...não consta Juarez Fiel Alves nessas relações premiadas da vida. Vou trabalhar e preciso trabalhar, mas sempre com dignidade. E aí esse sentimento que eu tenho, que Vossa Excelência interprete o sentimento desses pequenos produtores, dessas famílias que estão jogadas nas periferias da cidade sem, muitas vezes, a oportunidade para que aqui este Parlamento se transforme numa Assembleia Legislativa de verdade e possa defender o direito de cada um, que aqui está, ter um teto.

Que Deus projeta todos nós, uma abraço!
(A PLATEIA SE MANIFESTA –PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (VALDIR BARRANCO) – Muito obrigado, Juarez. Convido para fazer o uso da palavra, o Sr. Gonçalves José de Sales, representante do Residencial Sucuri, e depois dele a Ângela Maria, do Bairro Campo Verde.

O SR. GONÇALES JOSÉ DE SALES – Boa tarde!

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER SOBRE O TEMA: REGULARIZAÇÃO
FUNDIÁRIA EM CUIABÁ, REALIZADA NO DIA 07 DE DEZEMBRO DE 2017, ÀS 14H.
(TEXTO SEM REVISÃO)

Estou aqui representando o Residencial Sucuri, o assentamento. Eu gostaria de saber dos órgãos públicos como é que vai ficar a nossa situação. Ali foram pessoas que não conhecemos, com mandato de despejo. Um de trinta dia, outro de dez dias, mas não teve nenhum órgão competente para ir lá na minha casa, na casa dos demais, para saber como é que vai ficar aquelas famílias que se encontram ali.

Teve uma pessoa que foi lá e trabalha na infraestrutura da prefeitura, e tinha dois terrenos, eu estava construindo, e logo após ele me deixou um número de telefone, eu liguei para ele e disse que estava invadindo aquele local. Ele me disse: “se eu não ficar nesse terreno, ninguém fica porque eu tenho pessoas do meu lado”. Será que só essas pessoas que permanecem em área invadidas ou nós trabalhadores também temos os nossos direitos? Porque se ele não ficasse, não permanecesse, nenhum trabalhador ia ficar naquela área. Justo o que ele disse, logo depois vieram pessoas ali, oficiais de justiça, com papel na mão: “trinta dias para você sair daquele local”. Sendo que ali tem cem famílias que moram naquele local. E como que fica a situação do pai de família, sendo que ali não foi nenhum assistente social, naquele local, para ver como é a sua situação que está vivendo naquele local...s/tmr...

1207au28.drm

O SR. GONÇALES JOSÉ DE SALES - naquele local, para ver como é a sua situação que está vivendo naquele local, se você está empregado, como é que você está fazendo para dar o pão de cada para o seu filho, não tem uma pessoa que vai analisar como é a sua sobrevivência, mas quer que você saia daquele local.

Tem pessoas ali que está desempregada, pessoas que muitas as vezes vive catando latinha para está vendendo e pessoas querendo tirar aquelas pessoas daquele lugar, sabendo que elas não tem para onde ir.

Eu gostaria que o órgão competente fosse até aquela residência que analisasse a questão daquele trabalhadores que ali se encontram, porque tem pessoas que vão lá e se não tiver algo para recompensa-lo, logo após ele quer que você saia daquele local. Você tem que recompensar aquelas pessoas para que você permaneça naquele local. Mas cadê aquelas pessoas que muitas as vezes nós enfrentamos filas dia de domingo para está votando naquela pessoas, para colocarmos ela para responder diante da sociedade, mas quando nos procuramos essas pessoas ela se esconde do trabalhador, porque até hoje não foi ninguém a minha Casa, na casa de ninguém não foi ninguém lá a não ser se você chamar a imprensa e parar o trânsito ai parece alguém lá para está questionando porque você está fazendo aquilo ainda, mas não sabe o que você está passando, você tem uma ordem de despejo e você quer que alguém vai ali e dar uma resposta para você, mas ninguém vai até lá.

Eu gostaria de saber como é que vai ficar a situação ali, porque ali tem pessoas que nós queremos resposta, porque passa tempo e vai pessoas lá, “tem 30 dias para você sair desse local se não vem a maquina e vai derrubar a sua casa”. Eu gostaria de saber.

Ali no residencial sucuri, ali era uma área que só tinha lixo, ninguém apareceu lá para limpar, quando o trabalhador foi lá construiu uma pequena casa, foi alguém lá para “olha você tem 30 dias para sair daqui” mas porque que quando estava lixo não apareceu ninguém lá para está limpando aquela área, agora que tem dois, três, dez anos que pessoas mora lá naquele local chega pessoas querendo te derrubar e tirar você lá.

Assim eu agradeço. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (VALDIR BARRANCO) - Obrigado, Gonçalves...s/tmr

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER SOBRE O TEMA: REGULARIZAÇÃO
FUNDIÁRIA EM CUIABÁ, REALIZADA NO DIA 07 DE DEZEMBRO DE 2017, ÀS 14H.
(TEXTO SEM REVISÃO)

1207au29.tmr

O SR. PRESIDENTE (VALDIR BARRANCO) - ... obrigado, Gonçalves.

E convido a Sr^a Ângela Maria, do Bairro Campo Verde, para fazer uso da palavra.

A SR^a ÂNGELA MARIA – Boa tarde a todos e a todas!

Eu quero cumprimentar a Mesa Diretora em nome dos moradores Bairro Jardim Campo Verde.

Eu sou uma ex-Presidente do Bairro Campo Verde e moro ali há 33 anos.

Na verdade, eu vim fazer uma pergunta ao Deputado e às autoridades, porque nós moramos ali há 33 anos, o bairro já existia. No tempo em que eu era presidente eu fui atrás da regularização fundiária, o desejo, como foi falado aqui, do nosso título, a nossa escritura do nosso terreno.

Então, ali eles pediram para eu ir à Prefeitura. E a Prefeitura falou que ali era uma área particular de um japonês, não sei de quem. Só que buscamos no Cartório do 6º Ofício não tem nada de japonês, nem de ninguém. Ali é uma área que não tem dono. Nós conseguimos pela Defensoria Pública fazer a topografia do bairro todinho. Fizemos já o georreferencial dos lotes. Nós queremos saber como faz para termos o documento do nosso terreno?

Eu já estou com 62 anos. Já tenho bisneto ali naquele lugar. Eu vou morrer e vou deixar a minha casa, os bens que eu tenho ali, como foi falado aqui, para quem? Depois a eles vão à Defensoria e vão querer um título e não tem mais quem construiu aquela casa para falar onde está. Então, nós estamos aqui, eu e minha companheira de lá, reivindicando e pedindo ao Deputado, que o conheci através de Dona Dalva, e acredito que ele vai nos ajudar, conseguir a topografia dali.

Já foi feita topografia, Deputado, um trabalho muito árduo, muito difícil. Conseguimos fazer. Então, nós queremos o título dali.

Eu quero perguntar nesta tarde. Quem pode ficar responsável por nós no Bairro Campo Verde, são 700 famílias que moram ali? E agradeço também. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (VALDIR BARRANCO) – Obrigado, Dona Ângela Maria.

Convido para fazer uso da palavra o Sr. Ilton Nunes, Recanto da Siriema.

Depois do Ilton, nós retornaremos à Mesa .../cac

1207au030.cac

O SR. PRESIDENTE (VALDIR BARRANCO) - ... depois do Sr. Ilton, nós retornamos para a Mesa para ouvirmos o nosso Vereador Dilemário Alencar.

O SR. ILTON NUNES – Boa tarde a todos!

Meu nome é Ilton e sou morador do Recanto das Seriemas. Eu sou Secretário de Agricultura da nossa associação e vim reivindicar certas coisas que não estamos conseguindo lá. Eu mora há vinte anos na região, sou um sonhador, sou plantador de pequi. Inclusive saiu hoje uma reportagem minha na *TV Gazeta*, no *Jornal do Meio Dia*, se alguém de vocês quiser rever, podem rever. Estou lá, estou produzindo, estou morando e a minha família mora lá, mas há vinte anos que eu estou morando lá não consigo escriturar a minha terra. Eu vou no cartório, eles me mandam para outro lugar, diz que não tem matrícula, mas os poderosos, os grandes que estão lá perto de nós, estava virando só gente rico, lá... Todos eles conseguem escriturar e nós não conseguimos! Os pequenos produtores não conseguem escriturar. Eles conseguem, não sei como. Está havendo condomínio para todo e qualquer lugar lá perto, estão nos espremendo e o pequeno não consegue

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER SOBRE O TEMA: REGULARIZAÇÃO
FUNDIÁRIA EM CUIABÁ, REALIZADA NO DIA 07 DE DEZEMBRO DE 2017, ÀS 14H.
(TEXTO SEM REVISÃO)

documentar. Já fui no INTERMAT e não consegui, a única que me ajudou foi a Defensoria Pública, que me deu uma carta notarial. Fui no cartório para fazer o título com essa carta notarial, essa carta notarial tem mais de três anos que me deram, falaram que a carta não vale nada. Então, quer dizer que, a Defensoria Pública fez um papel para mim que não vale nada? Paguei o agrimensor da Defensoria Pública para medir, ele é o autorizado pela Defensoria Pública, tudo credenciado e a minha carta notarial não vale nada! Essa é a minha reclamação.

Eu quero pedir para a Mesa, para o Deputado para olhar o nosso Recanto da Seriema para ver se pode nos ajudar, porque o nosso sonho é cada um ter a sua escritura. Era isso que eu queria falar e muito obrigado! (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (VALDIR BARRANCO) – Convido para fazer uso da palavra o nosso querido 1º Secretário da Câmara Municipal de Cuiabá, Vereador Dilemário Alencar. E já convido para compor a Mesa, o Defensor Público, Sr. Air Praeiro, que nos dará a honra de compor esse dispositivo de honra. Sejam bem vindo! Quero também cumprimentar o nosso Defensor Público Dr. Munir Arfox, seja bem vindo! É especialista em regularização fundiária....

s/nns

1207au31.nns

O SR. PRESIDENTE (VALDIR BARRANCO) - ... Dr. Munir Ar Fox, bem-vindo, especialista em regularização fundiária.

O SR. DILEMÁRIO ALENCAR – Bom, quero dar uma boa tarde a todos e a todas, cumprimentar o Deputado Valdir Barranco, um Deputado que é do povo, um Deputado que já deveria estar há muito tempo aqui na Assembleia Legislativa, teve uma demanda jurídica e o povo perdeu uma boa atuação de um Deputado comprometido com o povo. Dois anos, mas ainda bem que o Valdir Barranco assumiu o mandato e é por isso que eu digo que temos que observar bem, ano que vem tem eleição, observem bem em quem votarão (PALMAS), o outro que está aí, que votaram nele, que estava no lugar do Valdir Barranco agora usa tornozeleira. Vocês sabem o que é tornozeleira? Pois é, temos observar bem quem é comprometido com o povo.

Quero cumprimentar todos os presidentes de associações, de bairros, de assentamentos e comunidades gerais, o meu amigo Candido, do bairro Dom Aquino, o maior bairro daqui de Cuiabá, o mais populoso. Também o Nilton que acabou de falar aqui, pela comunidade rural Recanto da Seriema.

Essa questão da falta de regularização fundiária tanto na zona urbana como zona rural é uma situação que realmente nos deixa muito angustiados. Por quê? Quando o cidadão, ou seja, quando a mulher, o homem não tem a escritura do seu lote, do seu terreno, da sua casinha, isso fere a cidadania porque você ali sem sua escritura não pode fazer um financiamento para melhorar sua casa, não pode ter um acesso a financiamento, os Correios se quer leva carta no seu bairro, na sua comunidade porque alega que o bairro não é legalizado junto à Prefeitura, não tem um cep. Acaba agredindo a cidadania das pessoas.

Deputado Valdir Barranco, que parabenizar Vossa Excelência pela iniciativa de realizar esta importante Audiência Pública.

Na nossa cidade especificamente, Cuiabá, dados apontam que mais de cinquenta por cento dos lotes, imóveis ou apartamentos da nossa cidade o proprietário não tem a escritura. Se você levar em conta também os lotes e imóveis da zona rural, esse número chega a mais de sessenta por cento.

É preciso tanto o governo estadual, municipal...

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER SOBRE O TEMA: REGULARIZAÇÃO
FUNDIÁRIA EM CUIABÁ, REALIZADA NO DIA 07 DE DEZEMBRO DE 2017, ÀS 14H.
(TEXTO SEM REVISÃO)

s/ lcb

1207au32.lcb

O SR. DILEMÁRIO ALENCAR -...esses números chegam mais de 60%.

É preciso tanto o governo estadual, municipal, priorizar essa política pública da regularização fundiária.

Deputado Valdir Barranco, eu quero propor, se Vossa Excelência me permite, fazer uma proposta, para esta Audiência Pública, constituir uma comissão formada por lideranças, aqui, das associações, por Vossa Excelência representando a Assembleia Legislativa e, se me permitirem, o nome do Vereador Dilemário representando a Câmara Municipal (PALMAS)... para algumas iniciativas. Primeiro, nós nos reunirmos urgentemente com o Secretário da Ordem Pública aqui de Cuiabá discutir essa questão do despejo que estão tendo aí, porque estão agredindo o processo divido legal, como o Dr. Tito falou aqui (PALMAS)... o Dr. João Batista conhecido como Tito, de guerra, de luta e defesa da sociedade cuiabana. Por que nós temos que questionar? Como que vai chegando numa comunidade e tirando, despejando as pessoas sem notifica-las, e mais, sem nenhuma contrapartida. Ora! Como que vai tirar o cidadão que está ali com a sua residência edificada, talvez com dois, quatro, dez, quinze anos, tira aquela família, mas não dá uma contrapartida de dar uma casa popular para essa família. Tem que ter uma contrapartida. E aí é preciso dizer que, infelizmente, essa atual administração municipal, não construiu ainda sequer uma casa popular. E como quer tirar a casa de trabalhador se não vai dar a casa para ele morar com a sua família?

(A PLATEIA SE MANIFESTA COM PALMAS E OVAÇÕES).

O SR. DILEMÁRIO – Então, nós temos que ir lá, Deputado Valdir Barranco, e com a autoridade que Vossa Excelência tem aqui na Assembleia Legislativa, vamos marcar mais tardar semana que vem, tirar uma comissão aqui para irmos no Secretário Sales. Dizer: Sales, auto lá, pare com esse despejo, dessa forma, sem notificar as pessoas, sem ter uma contrapartida de uma casa popular. Se ele não resolver, vamos lá no prefeito, vamos lá no prefeito, porque quando ele foi candidato, no ano retrasado, no ano passado, ele falou que não iria fazer isso com o povo, ele falou na televisão. E essa comissão, penso eu, também deve ir ao Chefe do Ministério Público do Estado. Porque a desculpa da prefeitura sabe qual é? “Ah! É o Ministério Público que está determinando...

...s/drm...

1207au33.drm

O SR. DILEMÁRIO ALENCAR - ...É o Ministério Público que está determinando. Oras! Nós temos que ir na Procurador Geral do Ministério Público o Dr. Mauro Curvo e fala como é que isso? Vocês mandam retirar os trabalhadores, as trabalhadoras, mas não dão contrapartida de ter uma casa popular, para a família desse trabalhador morar, vai jogar ao rento essa familiar? Ok! quer retirar, mas de contrapartida de uma casa popular, como que é esse negocio? Você vai tirar dona de casa e seus filhos jogarem na rua?

Então, quero aqui propor que essa comissão além de ir ao Secretário de ordem pública nós podemos ter uma reunião para buscar sensibilizar o Dr. Mauro Curvo, procurador geral aqui do Ministério Público, nós temos que conversa Dito, fazer esse enfrentamento, porque senão vai virar moda fica perseguindo trabalhador e trabalhadora aqui em Cuiabá.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER SOBRE O TEMA: REGULARIZAÇÃO
FUNDIÁRIA EM CUIABÁ, REALIZADA NO DIA 07 DE DEZEMBRO DE 2017, ÀS 14H.
(TEXTO SEM REVISÃO)

Então, eu faço esse encaminhamento aqui dessa importante audiência Pública para que forme essa comissão e vamos à luta. E quero aqui deixar o encaminhamento do Cândido. Cândido, ai quero fazer uma parceria com o nosso Deputado Valdir Barranco.

Alias, essa comissão quero aqui tirar um parêntese e parabenizar o trabalho que o Presidente do INTERMAT vem fazendo, o Cândido, eu acho que essa comissão também tem ir no Cândido, principalmente em relação ao Município de Cuiabá para nós pedimos que pise mais o pé no acelerador em relação a regularização fundiária aqui em Cuiabá e também na zona rural. O Cândido está fazendo um bom trabalho, mas vamos pedir para ele pisar mais o pé no acelerador em relação a essa questão.

E aí quero fazer uma parceria com Vossa Excelência, Deputado Valdir Barranco, em fevereiro quando voltar o recesso nós fazermos uma audiência pública de regularização fundiria também lá na Câmara com a presença de Vossa Excelência convidar o Prefeito para ele se explicar sobre essa situação também (PALMAS)

Então, termino aqui, e só deixando um recado, gente está sendo votado lá em Brasília pelo STF se Deputado que foi preso pela justiça os outros Deputados podem votar para liberar, porque o que está acontecendo no país, políticos ai roubam, aprontam, a justiça está prendendo e no outro dia os Deputados se reúnem e liberar o Deputado da cadeia, e está sendo votado lá, graças a Deus está quatro a três para manter Deputados que roubou na cadeia (PALMAS)

Graças a Deus!..s/tmr

1207au34.tmr

O SR. DILEMÁRIO ALENCAR - ... graças a Deus!

Eu espero que o Supremo Federal não decepcione o povo. E, gente, vamos observar. Veja só.

O Deputado Valdir Barranco está há um ano e meio aqui, imagina se o Deputado Valdir Barranco estive há três aqui, muito mais teria sido feito pelo povo. Vamos votar em quem tem compromisso com o povo, quem não trai o povo. Vamos à luta! Vamos à luta, gente!

O SR. PRESIDENTE (VALDIR BARRANCO) – Obrigado, Vereador Dilemário Alencar.

Para vocês verem a medida em que vão saindo as falas, vão saindo também os encaminhamentos que estão sendo anotados pela nossa equipe. No final, vamos fazer a leitura de todos os encaminhamentos propostos aqui, e já é de consenso que teremos que sair daqui com essa comissão criada, instituída, a Comissão Permanente de discussão e de enfrentamento para a regularização fundiária e outras as injustiças.

Eu quero convidar para fazer uso da palavra, o Juscimar Borba, Presidente do Assentamento Jardim Videira. E depois do Juscimar, vai falar o nosso Defensor Público, Air Praeiro.

O SR. JUSCIMAR BORBA – Primeiramente, quero dar um boa tarde a todos!

Eu juntamente com a minha esposa queremos que todos os moradores do Bairro Videira se levantem, por favor. Quero agradecer a participação de cada um pessoalmente. Obrigado por essa força. (PALMAS)

Pessoal, nós, do Bairro Jardim Videira, passamos por muitos pelegos. Vamos falar para vocês até eu, juntamente com a minha esposa, que é mais uma parceira, resolvemos ir atrás do

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER SOBRE O TEMA: REGULARIZAÇÃO
FUNDIÁRIA EM CUIABÁ, REALIZADA NO DIA 07 DE DEZEMBRO DE 2017, ÀS 14H.
(TEXTO SEM REVISÃO)

que realmente está acontecendo. Até então tinha pessoas à frente, mas não sabia da real situação. E nós como – não só eu como vários moradores de lá, investiram, porque ninguém aguenta ficar num barraco tentamos fazer uma casa de alvenaria. E estamos lá fazendo aos poucos e na dúvida se nossa casa vai se manter em pé ou não. Nós precisamos muito dessa moradia. Lá o morador tem dificuldade, aqueles que têm filhos, de conseguir uma vaga na escola, têm dificuldade de um posto de saúde .../cac

1207au035.cac

O SR. JUSCIMAR BORBA - ... dificuldade de um posto de saúde porque não tem endereço fixo. Isso para eles lá é muito difícil.

Quero agradecer ao amigo que eu não sei dizer o nome dele...

(PARTICIPANTE DA PLATEIA FALA O NOME AO SR. ORADOR – INAUDÍVEL)

O SR. JUSCIMAR BORBA – É... o Sr. João Batista disse tudo, não é? Ele é o cara que falou tudo de que necessitamos.

Quero agradecer também o Dr. Air Praeiro que está conosco batalhando para nós conseguirmos a vitória que todo mundo espera, não só eu, como todos necessitam. É isso.

Obrigado. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (VALDIR BARRANCO) – Já que o Sr. Juscimar foi rápido, vamos ouvir mais alguém da plateia.

Convidamos a Sr^a Ezilia Frederico Paula Meira, Presidente do Assentamento Monte Carmelo.

(NESTE MOMENTO A PLATEIA SE MANIFESTA: “MONTE CARMELHO, A TERRA É DO ESTADO E DE LÁ NÓS NÃO VAMOS SAIR!”)

O SR. PRESIDENTE (VALDIR BARRANCO) – Ela saiu? (PAUSA) Ah! Então vamos ouvir o Dr. Air Praeiro.... A Sr^a Ezilia está chegando? Então corre, dona Ezilia! Corre, dona Ezilia!

(A PLATEIA VOLTA A SE MANIFESTAR: “MONTE CARMELHO, A TERRA É DO ESTADO E DE LÁ NÓS NÃO VAMOS SAIR!”)

A SR^a EZILIA FREDERICO PAULA MEIRA – Legal, não é? (RISOS)

Boa tarde a todos!

(A PLATEIA RESPONDE: “BOA TARDE!”)

A SR^a EZILIA FREDERICO PAULA MEIRA – Obrigada, Monte Carmelo por ter aparecido na nossa audiência pública. Por que nossa audiência pública? Porque a audiência na Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso é a nossa Casa, não é Deputado? Obrigada, Deputado, por essa oportunidade, pelo povo ter vez e voz, pelas autoridades na Mesa nos receber e nos ouvir, por nós conseguirmos falar alguma coisa, porque lá fora nós não conseguimos...

s/nns

1207au36.nns

A SR^a EZILIA FREDERICO DE PAULA - ... por conseguirmos falar alguma coisa porque lá fora não conseguimos de forma alguma.

O Deputado já esteve lá dentro do Monte Carmelo, Dr. Air Praeiro já esteve dentro do Monte Carmelo, outras pessoas aqui também já foram, Dr. Jeová também já esteve dentro do Monte Carmelo, conhece a realidade do nosso assentamento.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER SOBRE O TEMA: REGULARIZAÇÃO
FUNDIÁRIA EM CUIABÁ, REALIZADA NO DIA 07 DE DEZEMBRO DE 2017, ÀS 14H.
(TEXTO SEM REVISÃO)

O nosso assentamento, Deputado, no processo judicial... temos, o Dr. Air Praeiro conhece nossa história, já viu nosso processo. Não é doutor? Não sei se o senhor já devolveu ou se está com o senhor ainda. Está com o senhor, não é?

Temos duas perícias judiciais que comprova que a terra é do Estado, temos duas perícias pagas pelo assentamento que comprova que a terra é do Estado. O Estado, por sua vez, pela ouvidoria agrária nacional falou que a terra também era do Estado. O INTERMAT falou à ouvidoria também que a terra era do Estado.

E hoje, Deputado, o INTERMAT fala que a terra tem documento. Porque temos uma liminar, Deputado, tirando nós todos os dias de nossa casa, de onde vivemos, produzimos, plantamos e colhemos. É dali que sustentamos nossas famílias.

De lá não sairemos, em nome de Deus, não sairemos porque eu sei que o senhor, Deputado, nos ajudará porque Deus te dará força para nos ajudar e eu acredito nisso. (PALMAS)

O senhor acredita que tem cento e trinta famílias que não dormem ali dentro. Agora o senhor verá quantas crianças que têm ali dentro, a mãe que tem menos filhos lá têm seis. Agora o senhor coloca cento e trinta.

Não é brincadeira isso aqui, você vê pessoas chorando, ficamos de plantão dia e noite em porteira para segurar uma polícia covarde que entrou lá meia noite, uma hora da manhã para nos tirar de lá a pontapé, chamando-nos de vagabundos porque o Estado virou as costas para nós, porque o Governador prometeu quando ele não era governador. Isso eu provo, que ele nos ajudaria. Hoje ele não consegue nem falar conosco, nem olha na nossa cara: “Não quero falar com esse bando de mendigo não”. Só que são cento e trinta famílias ali dentro pedindo socorro.

Eu fiquei de três a quatro horas no INTERMAT, tenho oito anos que eu não saio de dentro do INTERMAT, eu consigo falar dentro do INTERMAT quando eu levo o povo todo para dentro do INTERMAT...

s/lcb

1207au37.lcb

A SRª EZÍLIA -...eu consigo falar dentro do INTERMAT quando eu levo todo o povo para a porta do INTERMAT. Eu consigo falar com o INTERMAT quando eu vou...

(A PLATEIA SE MANIFESTA COM PALMAS E OVAÇÕES)

A SRª EZÍLIA -... pedir socorro na Casa Civil, que ainda tem que nos ajuda e nos olha lá. Aí eu consigo falar com o INTERMAT. Eu já cheguei a ficar quatro horas sentada ali, aí chega alguém e fala: “ah, o Presidente teve uma reunião de emergência”. E eu quatro horas esperando para falar, para pedir socorro.

Eu não estou pedindo só para mim, Deputado. Eu peço pelas famílias. Eu peço por essas crianças que estão ali, que dependem de um futuro melhor para amanhã. Eu peço socorro! Eu tenho aí, Deputado, que o INTERMAT pegou e nos deu documento e falou que lá tinha documento. Tiramos o dinheiro... quanto que nós já gastamos para provar que a terra é do Estado. Tiramos um dinheiro, Está ali, o documento eu já passei para a assessoria do senhor, para pagar, agora, um novo estudo cadastral de um ex-funcionário que assinou baseado na base cadastral do INTERMAT. E falando que lá é terra do Estado sim. O Estado não quer assumir a responsabilidade com as cento e trinta famílias que têm ali dentro. Não quer. E nós estamos aí, Deputado, esperando toda a corja da polícia chegar lá e nos xotar de lá e nos mandar para debaixo da ponte ou sei lá para onde for, que

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER SOBRE O TEMA: REGULARIZAÇÃO
FUNDIÁRIA EM CUIABÁ, REALIZADA NO DIA 07 DE DEZEMBRO DE 2017, ÀS 14H.
(TEXTO SEM REVISÃO)

eles não querem saber para onde vamos. Eles não se interessam. O importante é que eles façam o que foram fazer lá.

O pessoal está falando aqui de grandes construtoras. São muitas mesmo, porque lá a maior demanda daquela região é a Lotuf, é a Lume, é todo mundo querendo construir condomínio de luxo, que tem um monte lá na beira falando em Minha Casa, Minha Vida. É mentira. Faz ali um miolinho da Minha Casa, Minha Vida e o resto constrói condomínio de luxo para ter valia, dinheiro, em cima da terra que não tem... documento forjado, documento brotado, documento que eles implantam não sei de onde.

Eu não vou calar, Deputado! Eu não calo. Estou indo para Brasília. Vou denunciar de novo. Já fui para o CNJ. Eu vou gritar para o mundo. Estou fazendo um levantamento, estou fazendo um dossiê, vou mandar para a CNN, vou mandar para onde tiver que ser, mas eu não calo e dali não saímos. Em nome de Deus não sairemos.

(A PLATEIA SE MANIFESTA COM PALMAS E OVAÇÕES).

A SRª EZÍLIA – Obrigada, gente, desculpem-me o desabafo.

O SR. PRESIDENTE (VALDIR BARRANCO) – Obrigado, dona Ezília, aqui é o seu espaço. É para a senhora falar, desabafar, falar com o coração, e nesse momento a senhora já falou para o mundo, porque está falando ao vivo pela TV Assembleia e pela Rádio Assembleia...

...s/drm...

1207au38.drm

O SR. PRESIDENTE (VALDIR BARRANCO) - ...porque está falando ao vivo pela TV Assembleia e pela Rádio Assembleia.

Então, vamos convidar para fazer uso da palavra o Defensor Público Air Praiero, a quem já quero agradecer por sempre está junto nessa luta e por mais essa vez atendeu esse convite, eles que estava numa audiência da justiça e nos avisou que atrasaria um pouquinho mais está aqui em tempo. Está com a palavra neste momento.

O SR. AIR PRAEIRO – Deputado Valdir Barranco, meu particular amigo, na pessoa de quem eu tomo a liberdade de saudar e declaro a mesa, senhoras, senhores, membro do Poder Legislativo, vereador Dilemário.

Nós ouvimos a pouco um discurso aclamado, mas é um discurso justo daquele que tem a única coisa no mundo chamado esperança, e não é possível que o cidadão perca a esperança, porque se ele perde a esperança ele não tem mais nada.

O problema fundiário não só de Cuiabá, mas de Mato Grosso, do Brasil como um todo, é um problema de política pública, sim.

Eu costumo dizer com muita frequência que eu não trata aqueles que usam da terra para dela extrair o sustento da sua família como invasores, mas sim como ocupantes. Porque Raquel Rolnik arquiteta da ONU afirmou com uma propriedade impar que morar é um privilégio, ocupar passou a ser um direito. É por essa razão que a primeira coisa que eu olho na mão daquele que ocupa é sua carteira de identidade a sua mãos calejadas do trabalho em benefícios de suas famílias evidente.

Mas é necessário aparta da necessidade de ser ter moradia digna, Deputado Valdir Barranco, é necessário também que nós tenhamos o devido respeito pela lei, porque dura é a lei, mas é a lei, porque se ela assim não existisse não estaríamos vivendo em barbárie.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER SOBRE O TEMA: REGULARIZAÇÃO
FUNDIÁRIA EM CUIABÁ, REALIZADA NO DIA 07 DE DEZEMBRO DE 2017, ÀS 14H.
(TEXTO SEM REVISÃO)

É bem verdade, que é garantido pela constituição o direito de propriedade, mas não é menos verdade que no próximo inciso abaixo de onde vem escrito é garantido o direito de propriedade...s/tmr...

1207au39.tmr

O SR. AIR PRAEIRO ALVES - ... próximo inciso abaixo de onde vem escrito é garantido o direito de propriedade. A própria Constituição diz que a propriedade exercerá a sua função social.

Ou seja, aquela área de terra, que não seja destinada à produzir efetivamente alguma coisa ou em benefício da sociedade, é passiva, inclusive de ser desapropriada. Aliás é a política que o INCRA adota.

Ouvi discurso inflamado acerca da polícia militar. Nós sabemos da violência da violência da polícia militar, mas ela também cumpriu ordens, um dos pilares da sociedade que mantém a nossa segurança pública.

Ouvi comentários acerca da nossa juíza da Vara Agrária, Dr^a Adriana, uma das mais íntegras e honestas, uma das promessas do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso, uma das juízas do Estado - e eu falo isso de cátedra, porque eu estou *pari passu* com ela na Vara Agrária. Uma das juízes mais sensíveis ao aspecto social. Infelizmente ela precisa aplicar a lei. E volto a dizer. Dura a lei, mas é a lei.

Recentemente, senhoras, o Congresso Nacional votou uma lei, chamada Lei da Regularização Fundiária, a Lei nº 13.465, de setembro de 2017. É uma lei que flexibilizou, Deputado Valdir Barranco, Vereador Dilemário Alencar, uma lei que veio ao encontro aos anseios da população, porque ela flexibilizou, Videira, a possibilidade das regularizações fundiárias de qualquer gênero e de qualquer matiz.

Recentemente, o município de Cuiabá moveu algo em torno de 236 ações civis públicas para retirar pessoas que se encontram em área de risco, área de APP e área pública. Foi remanejada pelo Ministério Público do Estado e a Defensoria Pública já assim surgiu com várias delas .../cac

1207au040.cac

O SR. AIR PRAEIRO ALVES - ... com várias delas e já tivemos liminares suspendendo essa desocupação. A videira é o caso da desocupação e nós conseguimos reverter o processo de retirada compulsória. Muito bem...

As áreas de APP a própria lei no seu Art. 26, estabelece a possibilidade de fazer regularização fundiária, mesmo as áreas públicas também a lei permite que se seja estabelecida a regularização fundiária, portanto, essa nova lei vem ao encontro daqueles que não tem um teto para morar e ocupar é um privilégio....

Recentemente o Prefeito Emanuel Pinheiro fez-me um convite para que eu assumisse a Secretaria de Habitação e Regularização Fundiária e eu lhe disse que só aceitaria se ele desenvolvesse, Vereador Dilemário Alencar, um dos mais ousados processos de regularização fundiária da capital. Ainda enquanto Defensor Público eu rogava, eu não pedia, apesar de ter o poder requisitório, mas eu rogava que se criasse uma equipe multidisciplinar para discutir essas 236 (duzentas e trinta e seis ações) de caso a caso, de bairro a bairro, porque não é simplesmente e o

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER SOBRE O TEMA: REGULARIZAÇÃO
FUNDIÁRIA EM CUIABÁ, REALIZADA NO DIA 07 DE DEZEMBRO DE 2017, ÀS 14H.
(TEXTO SEM REVISÃO)

Vereador deixou isso bem claro, não é simplesmente retirar o povo e jogar ao Deus dará, não! Se nós retirarmos um cidadão de uma área ou de risco ou de uma área de APP, porque também devemos respeitar o direito ambiental porque tem assento constitucional, mas temos que dar uma destinação conforme preceitua o art. 6º da mesma Constituição e que venham recepcionada pelos Direitos Humanos na declaração universal dos direitos humanos. Eu então respondi ao Prefeito Municipal se a ideia dele realmente era o comprometimento de realizar uma das mais ousados projetos de regularização fundiárias na capital do Estado eu estaria então disposto a trabalhar nesse sentido. E digo mais, porque a própria nova lei apesar de dispor de inúmeras entidades iniciantes do...

s/nns

1207au41.nns

O SR. AIR PRAEIRO ALVES - ... apesar de dispor de inúmeras entidades iniciantes do processo regulatório, mas ela deixa a encargo do município o restante de todo processo.

E por essa razão eu aceitei o convite do Deputado porque eu tenho compromisso com vocês (PALMAS), eu tenho compromisso enquanto defensor público até por ideologia e convicção, por isso preciso louvar a figura do Deputado Valdir Barranco que é também comprometido com o processo de regularização fundiária, um humanista e um socialista de grande monta.

Por essa razão tentaremos realizar, se o Criador assim permitir, porque Ele pode me tirar amanhã. Não é verdade? Mas se Ele assim permitir que façamos um processo de regularização fundiária de Cuiabá e de habitação dos mais ousados do país.

Estivemos há pouco em uma oficina com vários professores da Universidade Federal do Estado de Mato Grosso, Universidade de Rondônia, de São Paulo, do Paraná e eles se comprometeram a nos auxiliar tecnicamente no sentido de viabilizarmos essas regularizações fundiárias.

Procurarei pessoalmente o Ministério Público na pessoa tanto do Dr. Gerson, quando do Dr. Carlos Eduardo no sentido de fazermos e realizarmos essa força tarefa para discutir caso a caso, bairro a bairro porque uma coisa sou eu falar em APP, outra coisa sou eu admitir um esgoto a céu aberto.

É bem verdade que essa dicotomia, esse choque entre o direito ambiental e direito urbanístico em contrapartida ao direito de moradia, todos eles previstos na Constituição Federal deve prevalecer e assim diz a jurisprudência, o bom senso.

E é com base nesse bom senso, é com base na garantia do direito individual dos senhores que estaremos à disposição de todos, inclusive do Deputado Valdir Barranco lá na Prefeitura Municipal de Cuiabá.

Muito obrigado. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (VALDIR BARRANCO) – Muito obrigado Dr. Air, desde já quero parabenizar pelo convite estendido ao senhor pelo Prefeito Municipal e desejar-te muito sucesso porque do seu sucesso...

s/ lcb

1207au42.lcb

O SR. PRESIDENTE (VALDIR BARRANCO) -...pelo convite estendido ao senhor pelo Prefeito Municipal e desejar-lhe muito sucesso, porque do seu sucesso depende o sucesso de todas essas famílias aqui de Cuiabá que carecem e esperam pela regularização fundiária,

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER SOBRE O TEMA: REGULARIZAÇÃO
FUNDIÁRIA EM CUIABÁ, REALIZADA NO DIA 07 DE DEZEMBRO DE 2017, ÀS 14H.
(TEXTO SEM REVISÃO)

e contem com o apoio do nosso mandato aqui na Assembleia Legislativa para ajuda-lo também a avançar com a regularização fundiária.

Quero convidar então para fazer a sua exposição, a sua palestra, o nosso palestrante oficial de hoje, para vocês verem, João Batista, que nós invertemos tudo aqui. Geralmente o palestrante fala primeiro, e aqui nós preferimos ouvir o povo primeiro. E agora, o palestrante oficial, Dr. Richard Martins Torsiano, que é Consultor das Nações Unidas para America Latina e o Caribe com Governança de Terras vai proferir a sua palestra. Já agradecê-lo por ter se esforçado tanto para estar aqui neste dia de hoje.

O SR. RICHARD MARTINS TORSIANO – Boa tarde, companheiros e companheiras! Boa tarde especial a Mesa, ao amigo, companheiro Deputado Valdir Barranco, ele já falou da nossa jornada para chegar aqui. Uma jornada, porque estávamos a seis graus abaixo de zero anteontem, e ontem eu ainda passei por um procedimento cirúrgico, em Brasília, tive que extrair um pedaço da amígdala, da garganta aqui para uma biópsia, mas nós havíamos assumido esse compromisso e estou muito feliz, Deputado Valdir Barranco, por tudo que estou vendo aqui desde a participação da Audiência Pública pela composição dela até o seu formato. Nós vínhamos conversando no horário do almoço e o Deputado Valdir Barranco falou que, em via de regra, o formato da Audiência Pública, o palestrante, eu não quero aqui me colocar na condição de palestrante, eu quero aqui é mais me colocar na condição de ouvinte, estar aprendendo com vocês. Esse palestrante oficial falaria primeiro e depois abriria para as intervenções. Quero dizer, Deputado Valdir Barranco, primeiro, eu não sei se conscientemente ou não o teu mandato, a Assembleia Legislativa, com esse formato de Audiência Pública já está atendendo tratados internacionais que prevê a participação popular e acesso do povo aos ambientes de poder. E que, via de regras, eles estão excluídos desse espaço. Eu vim aqui também compartilhar algumas coisas que temos observado mundo à fora. E esse compartilhamento, esse intercâmbio, vai fazendo com que nos empoderemos a nossa realidade, empoderemos a nossa luta, para enfrentarmos os problemas que temos no Brasil e no mundo.

Nos fóruns internacionais que temos participado...
...s/drm...

1207au044.cac

O SR. RICHARD MARTIN TORSIANO - ... da casa própria, de um salário, de um trabalho digno e os governos municipais no país não se organizaram em planejar as zonas urbanas e ordenar um processo de ordenamento fundiário municipal para fazer um processo de ocupação ordenado, ou se não fez naquele momento para regularizar esse povo que foi espontaneamente migrando para a cidade e ocupando essas terras.

E no processo político que temos no Brasil e na América Latina nós temos uma realidade que mais de 80% da população vive e migrou para a zona urbana. E na verdade, políticas que nós temos de alternância de mandatos, via de regra, o dirigente político, que no caso do Brasil, o Prefeito quando assume o seu mandato olha para o problema que tem de décadas e décadas a partir dessa ocupação desordenada e a posição que toma, via de regra é não enfrentar o problema. Não enfrentar o problema e quando pretende enfrentar, é o problema que estamos vivendo na Colômbia, estão vivendo no Chile, no Paraguai, ele usa a força e a mão do Estado para preservar a

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER SOBRE O TEMA: REGULARIZAÇÃO
FUNDIÁRIA EM CUIABÁ, REALIZADA NO DIA 07 DE DEZEMBRO DE 2017, ÀS 14H.
(TEXTO SEM REVISÃO)

regularização daqueles que estão se beneficiando da especulação imobiliária, para garantir condomínios ordenados, condomínios de luxo, a regularização desses espaços. E por outro lado, ao invés de fazer o que estamos tentando fazer aqui, de avançar com a regularização, de enxergar o direito de vocês que estão ocupando essas terras e que tem o direito constitucional, como já colocou o nosso Defensor Público, construindo políticas públicas de regularização fundiária adequada para recepcionar esses direitos de vocês o Poder público coloca a mão do Estado sobre os pobres para excluí-los do acesso a esse direito e das suas terras.

Então esse é um problema gravíssimo, contraditório que temos no nosso País e em outros países da América Latina. Quero compartilhar com vocês alguns dados e informações para mostrar que essa não é uma realidade, infelizmente nossa, em Cuiabá, não é uma realidade do Brasil, é uma realidade na América Latina e eu nem vou falar do que estamos vivendo na África nesse momento que é o maior fluxo migratório, é a maior tragédia humana que estamos vivendo em Myanmar do povo que está migrando para Bangladesh.

Eu vou ser rápido e sucinto, Deputado Valdir Barranco, não vou passar aquela apresentação toda para que tenhamos mais espaço de debate e discussão.

Algumas questões precisam ser respondidas, agora respondidas em ambientes como esse propiciado pelo mandato do Deputado Valdir Barranco. Regularização Fundiária para que? E para quem? Eu penso que se nós colocarmos essa questão para um Parlamentar ou para um dirigente municipal ou estadual e dizer a ele: - convoque uma audiência pública para tratar desse tema. Você entenderá a importância que em esse tema olhando a realidade de um plenário que certamente ...

s/nns

1207au43.drm

O SR. RICHARD MARTINS TORSIANO -...Nos fóruns internacionais que temos participado, eu tenho participado aqui na América Latina e outros países, eu confesso que na fala do senhor Emídio, do senhor João Batista, do senhor Manoel Brito, a fala de vocês ecoa nesses ambientes internacionais a partir do movimento sociais organizados da América Latina, eu deduzia que participando dessa audiência falando no final dela eu ia enxergar que essa fala que nós enxergamos lá fora nesses ambientes internacionais, estarei representando na fala de vocês.

Agora, o mais interessante é que nos ambientes das Nações Unidas, daí o Said de organismos internacionais com Banco Mundial, se reúne em fórum e ali falam de problemas que relataram aqui, da falta de acesso a justiça, da exclusão social, da vulnerabilidade da ocupação da terra, da falta de atenção do poder público, o direito de moradia, o direito de explorar a sua própria terra.

E quando viemos para o Brasil, ou para algum país, para fazer uma discussão sobre esses problemas, eu não vi até hoje, Deputado Valdir Barranco, um fórum de prefeitos tratando exclusivamente desse problema.

Então, nós conseguimos ver isso lá fora e quando chega aqui eu não fui convidado e vários de vocês acredito que não tenham sido convidados a participar de nenhum fórum nacional de prefeitos que coloquem pauta central essa temática da regularização fundiária e da vulnerabilidade e da exclusão social que vocês via de regra estão submetidos.

Nós passamos por um processo no Brasil na década de 70 e 80 de um profundo êxodo rural onde o povo começou a migrar do meio rural para as zonas urbanas.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER SOBRE O TEMA: REGULARIZAÇÃO
FUNDIÁRIA EM CUIABÁ, REALIZADA NO DIA 07 DE DEZEMBRO DE 2017, ÀS 14H.
(TEXTO SEM REVISÃO)

O problema é que como falou o amigo do Instituto de Terras o processo de regularização rural e regularização urbana tem que caminhar junto, porque esse êxodo rural ele foi proporcionado por algum problema, se esse povo não tinha condições adequadas de estarmos no campo, começou enxergar uma realidade na cidade, no urbano, uma oportunidade de emprego desenvolver uma alternativa salarial, e começou buscar essa esperança ao longo do tempo a chamada revolução verde no Brasil.

Só que os municípios e as autoridades dos municípios não se preparam e se organizaram para isso, e aqui nós vivemos uma grande contradição em que a falta de assistência do Estado em apoiar políticas de desenvolvimentos rural, fez com que esse povo migrasse para zonas urbanas para buscar alternativas de empregos e salário e essa ocupação é uma ocupação voluntária na busca de uma solução e de um sonho da casa própria, de um salário, de um trabalho digno e os governos municipais no país...s/tmr

1207au45.nns

O SR. RICHARD MARTINS TORSIANO - ... olhando a realidade de um Plenário que certamente estará lotado porque essa demanda existe só que por vezes não aparece na agenda prioritária desses governantes porque por vezes o povo não tem voz, não tem vez e nem oportunidade como esta.

Outro ponto aqui é que basta nossos dirigentes enxergarem a desigualdade social e via de regra essa desigualdade social e a pobreza que está concentrada onde temos a informalidade na ocupação das terras e dos lotes urbanos.

Não é difícil compreender o porquê e para quem temos que avançar com a regularização fundiária.

No Brasil, no que diz respeito à regularização fundiária rural, os instrumentos de acesso ao direito, ao rural com a regularização fundiária, entrega de títulos ou reforma agrária tivemos se comparar com a realidade que temos em outros países da América Latina uma avanço depois do ano de 2003. Um olhar a mais para as políticas sociais.

É inegável que tivemos metade da reforma agrária deste país construída pós 2003 e um processo de regularização fundiária tem a construção do programa Terra Legal e outros programas de regularização fundiária. Infelizmente sem os resultados que gostaríamos de ter, com a perspectiva de aperfeiçoarmos ao longo do tempo.

E a relação da regularização fundiária e de acesso a direitos de vocês com a governança responsável da terra.

Encerrarei, Deputado Valdir Barranco, aqui na temática da governança responsável da terra porque esse é o instrumento, penso eu, que os dirigentes dos movimentos sociais mais os dirigentes políticos precisam se emponderar dos instrumentos internacionais aprovados hoje e que devem ser aplicados a partir, principalmente aqui do nosso país que acolheu esses instrumentos internacionais.

O Brasil é signatário de vários desses tratados, como a Convenção 169, da Organização Internacional do Trabalho, as diretrizes voluntárias para a governança responsável pela terra e outros instrumentos.

Parte desses instrumentos tratam do que é uma governança responsável da terra e do território que tem como prioridade o acolhimento do direito daquelas pessoas mais vulneráveis e daqueles que estão em ocupações informais e principalmente daqueles que são sujeitos de expulsão dos lugares em que estão ocupando.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER SOBRE O TEMA: REGULARIZAÇÃO
FUNDIÁRIA EM CUIABÁ, REALIZADA NO DIA 07 DE DEZEMBRO DE 2017, ÀS 14H.
(TEXTO SEM REVISÃO)

Para passar rapidamente um dado para que vocês saibam da realidade que temos aqui na América Latina e Caribe. De 1950 a 2000, tivemos um aumento de trezentos e quarenta milhões de habitantes nessa região e de cento e setenta e cinco milhões de habitantes que tínhamos nas zonas urbanas, passamos para quinhentos e quinze milhões de habitantes, setenta e cinco por cento dessa população ocupando as zonas urbanas. É um indicativo que em 2025, oitenta e cinco por cento da população na América Latina ocuparão as zonas urbanas.

Isso significa um fluxo migratório que continua do rural para o urbano porque certamente não está havendo políticas públicas que coloquem ou transformem o rural, na América Latina, como algo que seja...

s/ lcb

1207au46.lcb

O SR. RICHARD MARTINS TORSIANO -...que coloquem ou transformem o rural, na América Latina, como algo que seja importante ou com condição de vida adequada para esses agricultores que estão vivendo na zona rural.

E a evolução informal das cidades da América Latina deixou de ser então uma exceção e passou a ser uma regra. Uma regra em que as pessoas vão fazendo esse fluxo, migrando para as zonas urbanas, e os municípios e os dirigentes políticos não conseguem acompanhar ou não priorizam esse acompanhamento e organizam os espaços urbanos para recepcionar a entrada dessas pessoas nesses espaços. E depois acontece o que estamos vendo aqui em outras regiões. Ao invés de operar a mão do Estado para garantir acesso ao direito e regularizar aquela ocupação operando políticas públicas, inclusive, como diz aqui o nosso Defensor Público, garantindo a desapropriação, porque direito de propriedade não é absoluto aqui e nem em nenhum lugar do mundo, o direito à moradia é um direito humano. Então, se tem ocupação, colocar a mão do Estado para garantir acesso a esse povo que está ocupando as suas terras e se necessário desaproprie aquela propriedade que está ali mesmo que aquele direito de propriedade se torna previsto na legislação, mas o direito humano, certamente, o direito constitucional, os outros direitos estão acima do direito de propriedade.

No Brasil, no centro-oeste, no sudeste, nós temos cinquenta a cinquenta e cinco por cento das ocupações urbanas irregulares.

No nordeste e no norte do país esse número vai para oitenta a oitenta e cinco por cento de ocupação irregular.

E aqui um dado das nações unidas que aponta a realidade que nós temos em que as ocupações de assentamentos informais no mundo são uma realidade e os dirigentes que nós temos nos países não tem colocado como central o processo de regularização ou são muito poucos os nossos dirigentes. Eu diria que aqui na América Latina são três países que estão concentrando num processo de regularização, como o caso da Colômbia num acordo de paz, o caso do Uruguai e o Paraguai agora tentando enfrentar esse tema, mas que coloca como central a participação que esse povo na construção de política de regularização fundiária ou regularização efetiva deles.

E as questões se colocam... o problema está devidamente qualificado por esses estados, ele tem solução. Se ele é só rural ou rural e urbano, e essa realidade consolidada coloca uma pergunta aos nossos dirigentes que é o que fazer diante desse problema.

E quando nós colocamos essa pergunta, que eu estava falando com o Deputado Valdir Barranco, via de regra, é parecer dezenas de soluções. Nós temos um monte de solução, um monte de ideia, um monte de discussão teórica sobre solução para regularização urbana, mas o fato é

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER SOBRE O TEMA: REGULARIZAÇÃO
FUNDIÁRIA EM CUIABÁ, REALIZADA NO DIA 07 DE DEZEMBRO DE 2017, ÀS 14H.
(TEXTO SEM REVISÃO)

que esse é um problema que poucos querem enfrentar porque enfrenta-lo... nós vamos discutir ou enfrentar no Brasil uma correlação de forças...

...s/drm...

1207au47.drm

O SR. RICHARD MARTINS TORSIANO -...nós vamos discutir ou enfrentar no Brasil uma correlação de forças que via de regras favorável ao mais pobre quando principalmente estamos tratando de terras e direitos de propriedades.

Então, são poucos aqueles que querem fazer o que nós operamos no nordeste, no Estado de Ceará, por exemplo, com Governo do Estado foi identificar, cadastrar as ocupações em terras públicas e reconhecer aquele direito e fazer a regularização fundiária entregando título para aquele povo porque também tivemos algum momento fazer desapropriações enfrentar o que n Brasil é quase que um manto sagrado que é o tal chamado direito de propriedade.

Então, nós vamos ter várias soluções, tem uma coisa que é fato já encerrando aqui Deputado Valdir Barranco e nós vamos discutir creio eu com a prefeitura.

Primeiro não é possível governar um município, um Estado, um país, se você não conhece esse território, é fundamental o conhecimento do território no seu uso e ocupação, e só possível conhecer esse território se o povo participa da construção e da formalização das políticas públicas, não só conhecer o território, mas conhece a realidade que esse povo está vivendo, a situação que eles estão vivendo. Não fazer como foi feito a pouco tempo em São Paulo, aquela ocupação chamada Pinheirinho, em que milhares de pessoas foram despejadas a força com a policia porque tinha especulador em cima daquela área com reintegração de posse e a justiça foi e garantiu a reintegração de posse expulsando milhares de pessoas por ali.

O envolvimento do povo na formulação das políticas, o acesso a justiça para que esse povo tenha de fato uma justiça que seja no mínimo imparcial nas suas decisões, a construção de justiça especializada nesses temos porque via de regra não é só um problema no Brasil, mas também é aqui na América Latina, a justiça parceria e legalista via de regra atual sem conhecer os problemas fundiários e a características dos problemas fundiárias que nós temos e a origem desses problemas fundiários.

Então, diante desse quadro, já coloquei nós temos que construir políticas que sejam adequadas a nossa realidade, adequada a realidade da ocupação do uso das terras, sejam áreas urbanas e áreas rurais, reconhecer o tipo ocupação que está tendo ali, o nível de ocupação e a realidade social daquele povo.

E não só pensar nessa politica, como uma politica de solução ambiental e sustentabilidade que é o que está hoje no discurso de todo mundo. Mas injustiça social sim, de acesso a direito e também uma politica econômica, como já foi colocado aqui várias vezes, eu não quero repetir porque boa parte das pessoas estavam colocando aqui, colocaram coisas que nós temos ouvido para todo lado.

O acesso ao direito, o acesso a politicas publicas, o acesso ao título da propriedade, o acesso à terra faz com que vocês tenham muito...s/cac...

1207au048.cac

O SR. RICHARD MARTIN TORSIANO - ... o acesso ao título da propriedade, o acesso à terra faz com que vocês tenham muito mais condições econômicas, primeiro, humanas, que

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER SOBRE O TEMA: REGULARIZAÇÃO
FUNDIÁRIA EM CUIABÁ, REALIZADA NO DIA 07 DE DEZEMBRO DE 2017, ÀS 14H.
(TEXTO SEM REVISÃO)

é o reconhecimento de um direito humano de ter acesso a sua casa, de ter o direito a sua casa reconhecido pelo Estado. Depois, com esse direito reconhecido ter acesso a outras políticas públicas e essas políticas públicas fazer transformar em realidade nas ocupações informais que nós temos no mundo.

Então, o que as nações unidas hoje colocam e aqui encerrando de fato nessa parte, Deputado Valdir Barranco, só para registrar na audiência pública é o que podemos contribuir por parte principalmente na formulação dessas políticas públicas termos acesso a população na construção e na formulação delas, que reconheçam esses tratados internacionais na construção dessas políticas. Que tenha como base na construção dessas políticas os princípios da governança responsável da terra. Esses princípios foram aprovados em 2012 no Comitê Mundial de Segurança Alimentar por todos os países que participaram. É o único instrumento de tratado internacional aprovado de forma unânime e o Brasil é signatário desse tratado, suas diretrizes voluntárias para governança responsável na terra dos recursos pesqueiros e florestais.

A governança responsável da terra então prevê que o processo de governança seja justo e **efetiva**, busca oferece maior benefício possível a maioria das pessoas e reduzindo os elementos negativos, reduzindo os problemas, os conflitos sociais que vocês tem oriundo de problema fundiário que venha do problema fundiário. Tem como base o princípio da sustentabilidade, e aqui não é só sustentabilidade ambiental, sustentabilidade econômica e social também, mas está alinhado com os direitos humanos internacionais. E aqui, para compreender, na composição dessa política e como fruto da discussão da audiência pública, Deputado, o que nós caracterizamos como uma governança débil, como uma governança responsável. No Brasil, em boa parte do nosso território nacional nós vivemos uma governança débil sobre o nosso território. Tem um descontrole sobre ocupação do território, ele gera insegurança jurídica aos proprietários e aos posseiros, marginaliza os mais pobres, conduz o abuso do poder e a corrupção, afeta o crescimento econômico, coloca em risco a sustentabilidade ambiental, leva conflitos, gera pobreza.

Essa é a realidade que nós temos em várias regiões do país e da América Latina. E nós queremos com o início dessa discussão construir uma governança que seja responsável, não só uma política de titulação de terras que, vamos lá, construímos uma base operacional, ilegal e vamos contratar gente para ir a campo, identificar as pessoas, cadastrar, entregar o título e ir embora. Não! Nós queremos que as pessoas tenham condições dignas de morar nessa cidade. A partir dessa condição digna, que o Estado zere por uma governança responsável, que tenha informação eficiente sobre o território. Todos vocês precisam ser reconhecidos pelo Estado, pela Prefeitura...

s/nns

1207au49.nns

O SR. RICHARD MARTINS TORSIANO - ... responsável que tem informação eficiente sobre o território, todo vocês precisam ser reconhecidos pelo Estado, pela Prefeitura e pela União porque vocês estão ali, tem direito de propriedade reconhecida e tem direito e acesso a políticas públicas.

As leis e normas que sejam consistentes com a garantia dos direitos de vocês, criar lei é fácil. Agora, criar lei que seja e garanta acesso justo a todos aos seus direitos, é mais difícil, que garanta acesso aos recursos naturais, que proteja os cidadãos da perda de suas terras, esse é um princípio básico da governança responsável, fortalece a transparência e as tomadas de decisões mais participativas com envolvimento direto da população na construção dos seus instrumentos de

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER SOBRE O TEMA: REGULARIZAÇÃO
FUNDIÁRIA EM CUIABÁ, REALIZADA NO DIA 07 DE DEZEMBRO DE 2017, ÀS 14H.
(TEXTO SEM REVISÃO)

governança e ajuda assegurar que as disputas e os conflitos se resolvam antes de chegar esses conflitos.

Vocês fazem uma denúncia de que os despejos e as reintegrações de posses chegam às portas de vocês sem se quer o direito de defesa do contraditório, sem uma notificação administrativa (PALMAS), isso está longe de ser projeto de governança responsável da terra.

Esses direitos para construirmos, seja aqui no Estado ou em qualquer outro lugar, temos que levar em consideração esses princípios básicos aqui, proporcionar espaços de debate que estejam inclusivos, avaliar a realidade do uso e ocupação do território antes da tomada de qualquer decisão com a realidade social e econômica principalmente das pessoas mais marginalizadas ocupando território em seus municípios.

Temos que avaliar os marcos jurídicos políticos institucionais para ver se eles são adequados à realidade que temos aqui porque via de regra, as leis são criadas sem a participação do povo e via de regra, na questão urbana os planos diretores e as leis que regulam a ocupação do território são muito mais duras e não acolhem essa realidade que temos no país e na América Latina que é de um fluxo do rural para o urbano. Ao invés de garantir uma política de regularização desse povo, garante uma política de expulsão desse povo na área que foi ocupada.

Construir ferramentas para o conhecimento efetivo desse território e aqui temos que prevenir disputas, conflitos e a corrupção no processo de regularização do território, pois a corrupção é inerente, infelizmente a regularização de terras. Isso praticamente é todo mundo.

Garantir acesso equilibrado à justiça, principalmente aqueles que estão marginalizados e sendo excluídos da sua ocupação territorial e ter direitos diante de ameaça e salvaguardar seus direitos.

Nesse instrumento de governança responsável da terra, esse direito da ocupação da posse do seu território, principalmente as comunidades que vivem a mais tempo, deve ser assegurado, reconhecer e respeitar seus direitos à terra.

Então temos que ter de fato um cadastro que acompanha e acolha toda ocupação desse território e vocês estejam inseridos, toda população esteja inserida nesse cadastro de terras e no cadastro urbano dos municípios. É necessário identificar todos os poceiros que estejam enquadrados em condições mais vulneráveis em todo o território do Estado...

s/ lcb

1207au50.lcb

O SR. RICHARD MARTINS TORSIANO -...todos os posseiros que estejam enquadrados em condições mais vulneráveis em todo o território do Estado para que o dirigente o Estado tenha condições, de fato, de tomar uma decisão sobre o que fazer com aquele território e não só meter o peso da caneta num processo de reintegração de posse que, via de regra, está acolhendo principalmente a especulação imobiliária. E titulação individual coletiva dos posseiros da regularização fundiária.

A regularização fundiária é um instrumento. É um direito que deve vir assegurado com vários direitos como o acesso de várias políticas públicas.

O Brasil tem uma realidade que hoje é essa que colocamos aqui. Essa urbanização em 10 de julho de 2001, nós tivemos um avanço, aliás, que foi o estatuto das cidades. Depois nós tivemos a Lei da Minha Casa Minha Vida. Todos os instrumentos construídos em nível nacional asseguram direitos à moradia, à moradia popular, planos populares e sociais de regularização urbana, mas, infelizmente, de novo, nós estamos numa relação federativa no país, temos que avançar nessa

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER SOBRE O TEMA: REGULARIZAÇÃO
FUNDIÁRIA EM CUIABÁ, REALIZADA NO DIA 07 DE DEZEMBRO DE 2017, ÀS 14H.
(TEXTO SEM REVISÃO)

discussão integrando vários órgãos que tratam do fundiário e, principalmente, integrando o Governo Federal, o Governo Municipal e Governo Estadual.

As leis nacionais, por vezes, não se aplicam ao processo de regularização urbana estadual. Esse é um processo que estamos enfrentando na Amazônia legal e temos que tentar minimamente uniformizar as leis pelos menos nos estados da Amazônia legal para que os estados também façam com que aproveitem pelo menos aquilo que é mais importante nas leis federais e via de regra o governo federal também reconheça a realidade dos estados e incorporem nas suas leis aquilo que seja mais justo para a regularização das populações mais marginalizadas.

E aqui é para finalizar, de fato, Cuiabá deu um passo que foi a aprovação da nova lei de regularização urbana, mas junto com esse passo necessário construir medidas concretas.

Espero, Deputado Valdir Barranco, que as medidas concretas que iniciam aqui a partir da iniciativa do seu mandato sejam construídas com base nessas primícias que são aprovadas em nível internacional e que o Brasil reconhece o signatário dessas primícias e que consigamos de fato construir instrumentos que garantam nesse estado e nesse município uma governança efetivamente responsável do nosso território que garanta a justiça social que enxergue prioritariamente os mais pobres, os mais marginalizados, que acolham os direitos constitucionais que estão previsto na nossa constituição e que não exclua essas pessoas do acesso à sua casa, que ela já existe, o seu teto de alguma forma está ali, mas como diz o companheiro que é economista Peruano, e também já ouvimos, eu já ouvi isso aqui em Santa Catarina quando nós tivemos uma tragédia, tragédias de enchente, coisa assim, entrevistaram uma pessoa pobre...

...s/drm...

1207au51.drm

O SR. RICHARD MARTINS TORSIANO -...quando nós tivemos uma tragédia, tragédias de enchente, coisa assim, entrevistaram uma pessoa pobre ela disse “eu perdi tudo” uma semana antes ela estava dizendo que não tinha nada. Eram pobre ocupando uma área em total informalidade, não tinha regularização, não tinha título, a percepção das pessoas que estão vivendo isso é que eu não tenho nada porque eu não tenha essa propriedade, isso é um absurdo. Nós temos que enfrentar isso, porque o único direito em tese, o patrimônio, o sonho que foi conquistado ao longo do tempo e o Estado fica criando essa imagem com essa sombra da polícia batendo a porta, olha eu não tenho nada e quando vem uma enchente, vem um temporal, a pessoa vai dizer, “eu perdi tudo” então o que de fato representa é que aquilo onde vocês estão vivendo, onde vocês estão morando, suas casas, suas moradias por vezes é tudo que vocês tem, esse tudo é o mínimo que o Estado precisa reconhecer a partir dessa primícias, principalmente da governa responsável da terra (PALMAS)

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (VALDIR BARRANCO) – Muito obrigado Richard, obrigado pelo esforço, ele que passou por um procedimento cirúrgico logo na garganta, tendo que fazer um esforço imenso. Muito obrigado.

Quero convidar, nós temos ainda aqui três pessoas da plateia eu não deixar ninguém sem falar dos que se inscreveram. Então, vou pedir encarecidamente que sejam breve para que todos eles falam, Luiz Carlos Uchoa do Assentamento Carmelo, está inscrito, vai querer manter, Luiz Carlos? Rubens Neto, enquanto Luiz Carlos vem para a tribuna. Já vou consultar aqui, Rubens Neto pretende manter a inscrição? Mantém, na sequência o Fernando de Rosário Oeste está

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER SOBRE O TEMA: REGULARIZAÇÃO
FUNDIÁRIA EM CUIABÁ, REALIZADA NO DIA 07 DE DEZEMBRO DE 2017, ÀS 14H.
(TEXTO SEM REVISÃO)

ai? Então, vocês ficam aí depois do Luiz Carlos é o Rubens, depois o Fernando, para irmos para os encaminhamentos que são muito importante aqui.

O SR. LUIZ CARLOS UCHOA – Primeiro quero agradecer a presença de todos aqui, e a mesa na pessoa do Deputado Valdir Barranco.

O que nos envergonha é a justiça...a constituição fala que é direito daquele cidadão que ocupam área que pertencem ao Governo é dever do estado que permaneça a terra e dê condições para que ela possa trabalhar.

É vergonho que o nosso Estado na pessoa do Governador Pedro taques, através do órgão chamado INTERMAT, forneça um laudo dizendo que a terra é devoluta, dois anos de pois esse laudo muda que aparece um titulo, nós arrecadamos dinheiro, fizemos outro laudo que comprova que a terra é devoluta.

É vergonho, que um governo que almeja uma nova reeleição a Governador do Estado, faça isso com o povo. Nós não estamos pedindo injustiça, nós estamos pedindo...s/cac...

1207au052.cac

O SR. LUIZ CARLOS UCHOA - ... faça isso com o povo. Nós não estamos pedindo injustiça, nós estamos pedindo que seja feito o que diz a Constituição Brasileira que é direito e dever do Estado que mantenha onde é do Estado o povo na posse dê condições que sobreviva no Estado no local onde está. É vergonhoso! E outra coisa, uma Juíza Dr^a Ana Paula Carlota da Veiga pede para não ter erro na sua decisão, que seja feita uma perícia judicial e quando chega a hora dela dar a sua decisão tira-se a Juíza e coloca-se outro Juiz Luiz Otávio Sabóia, que ignora a pericia judicial, que não tem valide nenhuma para ele e dá uma canetada, uma nova liminar em cima da terra do governo. É vergonhoso que o Ministério Público do Estado de Mato Grosso não investigue essas pessoas que estão por trás corrompendo o Estado. É vergonhoso! A Construtora Lumen da pessoa do Sr. Clodoaldo Bezerra, toma posse de tudo quer dentro de Cuiabá. Semana passada deu de tapa na cara num assentamento encostado na Cohab Buriti no povo de tapa na cara o Sr. Clodoaldo Bezerra. Isso é vergonhoso para o Estado de Mato Grosso. Aonde está o Ministério Público que passa mão na cabeça, por que eles tem dinheiro? É por que tem dinheiro? Isso é vergonhoso!

No nosso assentamento vivíamos tendo conflitos com a Polícia Militar, graças ao ilustre Coronel Jorge Luiz que tomou a frente e colocou os policiais onde era correto, trabalhar para que se cumprisse a lei.

Desde já o nosso muito obrigado ao Deputado que olha para nós e que cobre do Ministério Público para que investigue os corruptos do Estado de Mato Grosso. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (VALDIR BARRANCO) – Convido então o Sr. Rubens Neto dos Santos, Vice-Presidente do Assentamento Mineira, Distrito de Aguaçu.

O SR. RUBENS NETO DOS SANTOS – Boa tarde a todos!

Estou com uma Portaria da PGFN - Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional escrita sob nº 633, de 22 de julho de 2016, Deputado Valdir Barranco. Essa portaria ela veio amparar alguns colegas que não tiveram a oportunidade de pagar nenhuma parcela de sua terra. Nós vemos que se trata...

s/nns

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER SOBRE O TEMA: REGULARIZAÇÃO
FUNDIÁRIA EM CUIABÁ, REALIZADA NO DIA 07 DE DEZEMBRO DE 2017, ÀS 14H.
(TEXTO SEM REVISÃO)

1207au53.nns

O SR. RUBENS NETO DOS SANTOS - ... colegas ali que não tiveram a oportunidade de pagar nenhuma parcela de sua terra.

Vemos aqui que se trata de um assunto de regularização fundiária e pagamos nossas terras, pagamos todo ano uma parcela nominal inscrita em nossas escrituras de dois mil, seiscentos e vinte e cinco, este valor.

Quando conseguimos fazer usufruto de benefícios como do programa PAA, infelizmente há um ano não participamos deste programa. Vemos aqui que o Governo Federal com esta política de crédito fundiário tentou amparar muitas famílias.

Ali somos vinte assentados naquele assentamento Mineira, mas infelizmente, Deputado, não conseguimos pagar essas parcelas e temos ali muitos colegas, como eu, que estou devendo já há três anos consecutivos, dia onze deste mês vence mais uma parcela, vai para três parcelas.

Esta portaria veio apoiar os colegas que nunca pagou nenhuma parcela, estou ali com seis parcelas pagas, têm colegas que está com nove parcelas pagas e esta portaria que foi feita, não sei bem dizer porque foi feita veio amparar as pessoas que não pagaram nenhuma parcela.

Ao meu entendimento, como é o entendimento dos outros dezenove companheiros ali, queremos pedir a sua pessoa, Deputado, que estendeu esse convite para estar aqui hoje participando desta Audiência, pedir ao senhor que faça valer essa portaria para nós que tentamos, mesmo aperreado, patinando a pagar essas parcelas para poder fazer valer essa liquidação do crédito fundiário, para poder fazer valer isso aí para nós que tentamos, uns com seis parcelas, outros com nove parcelas pagas.

Esse programa de crédito fundiário do assentamento Mineira já foi no ano de 2007, mudei para lá no ano de 2009, participamos de alguns programas do PAA, como já citei aqui. Desde 2011, ainda estava o Vereador Dilemário na Secretaria de Cuiabá, da Prefeitura de Cuiabá e quando acontecia esse programa de conseguir acessar para sair o programa PAA, conseguimos, mesmo aperreado pagar nossas parcelas.

Ao decorrer do tempo, esse programa do PAA começou a ser cortado pela metade, uma cota...
s/lcb

1207au54.lcb

O SR. RUBENS NETO DOS SANTOS -...esse programa do PAA começou a ser cortado pela metade, uma cota vinha no valor de oito mil e agora passou a vir uma cota no valor de quatro mil.

Se vocês pegarem quatro mil e dividir entre doze meses, vocês verão que não vamos conseguir pagar as nossas parcelas anualmente.

Então é isso, pessoal, que eu peço ao Deputado, que lute por nossas causas.
Obrigado (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (VALDIR BARRANCO) – OK, Rubens, você pode deixar lá no meu gabinete, com minha assessoria, que nós vamos fazer os encaminhamentos, com a Professora Rosa Neide ou com o Dr. Fábio, Dr^a Rejane, nosso pessoal do jurídico lá.

Convido o Fernando, de Rosário Oeste, para fazer o uso da palavra, é o último inscrito e aí nós vamos para os encaminhamentos. Também conhecido como flexa, o Dilemário está falando aqui.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER SOBRE O TEMA: REGULARIZAÇÃO
FUNDIÁRIA EM CUIABÁ, REALIZADA NO DIA 07 DE DEZEMBRO DE 2017, ÀS 14H.
(TEXTO SEM REVISÃO)

O SR. FERNANDO – Boa tarde a todos e a todas!

Em nome do Deputado Valdir Barranco, cumprimento a Mesa.

Estou aqui para falar em relação ao movimento, pessoal. Eu faço parte do movimento lá em Rosário Oeste, nós estamos hoje com oitocentos e trinta famílias acampadas e assentadas lá.

Nós estamos dentro de uma área, Deputado, da EMPAER. Como vai fazer dois anos, e desde quando estamos lá ficamos sabendo que a área tem mais de trinta anos abandonada. O pessoal fala que é um lugar para fazer pesquisa, mas quem for lá... inclusive o pessoal do comitê aqui da comissão agrária, a Dr^a Fernanda, esteve lá, comprovou que as famílias que estão lá precisam e estão trabalhando e produzindo. Como eu vi na televisão, hoje, o acampamento, da Ezília, no Monte Carmelo, está de parabéns, todos plantando, vi que aquilo ali já podem fazer o seu trabalho de venda na cidade. Porque muitos hoje estão trazendo coisas de fora para vender na nossa capital. E lá em Rosário Oeste não está sendo diferente. As famílias que estão lá estão produzindo e estão vendendo na cidade. Qualquer um que for para lá hoje, pode ir lá que lá sai caminhão cheio de mandioca, abóbora, que está sendo plantado dentro do acampamento, que lá é o assentamento também.

Então, não é dizer que lá tem todas essas famílias morando lá, porque existe hoje as famílias esperando novas áreas que é do INCRA, que está para ser entregue no próximo ano, que eu creio que vai ser entregue para as famílias que estão juntos lá pleiteando também.

Estamos aqui, Deputado, porque, inclusive, o nosso companheiro, o Guimar, do 13 de outubro, está lá em Rondonópolis, não sei se o senhor está sabendo, hoje está tendo uma ação lá, que o nosso pessoal está no INCRA de Rondonópolis, nós estamos com mais de vinte movimentos lá para cumprir essa ação. Por quê? Têm mais de vinte famílias...

...s/drm...

1207au55.drm

O SR. FERNANDO -...nós estamos com mais de vinte movimentos lá para cumprir essa ação. Por quê? Têm mais de vinte famílias hoje sendo despejadas. Então, eu vejo hoje que está faltando na Assembleia Legislativa um Deputado como o Deputado Valdir Barranco, que tome a frente disso para lutar por essas famílias que estão sendo despejadas. E nós estamos com uma ação lá, desde quando entramos lá ação se começou para tirar nós lá, já teve confronto com a polícia já foi lá e já tirou de dentro do acampamento e nós permanecemos com as famílias lá. Mas assim, se a área é do governo a área é do povo também, uma área abandonada como eu vi na televisão, eu já fui no acampamento Argila muitos anos, depois que o povo assumiu aprece donos dizendo que é dono, então porque não deu para o povo que está todos esses anos lá, é simples, é pegar para essa família que estão lá e dá para eles, já estão plantando e estão vivendo daquilo ali e não é diferente em Rosário Oeste também, depois de 30 anos uma área abandonada aparece dono dizendo que está fazendo pesquisa e tal. Porque o próprio INTERMAT, nós já tivemos procurando para que não faça essa regularização, procura essas famílias.

Ontem eu vi no jornal pessoal uma tristeza, uma família que despejadas estão lá naquele clube da ponte de ferro abandonada estão lá, até agora não foram ninguém ver aquelas famílias que estão lá. Que saiam daqui Deputado uma comissão que está abandonada, morrendo, acho que até passando fome, foram despejadas por uma ação acho que até...coitado daquelas pessoas. Vamos colocar que foi feito de qualquer maneira de defesa para aquelas famílias, colocasse

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER SOBRE O TEMA: REGULARIZAÇÃO
FUNDIÁRIA EM CUIABÁ, REALIZADA NO DIA 07 DE DEZEMBRO DE 2017, ÀS 14H.
(TEXTO SEM REVISÃO)

num lugar que eles merecessem, num lugar onde eles pudessem ter o suporte, agora estão lá passando fome e necessidade.

Eu quero pedir aqui e agradecer a todos por esse momento Deputado que convoque mais. Dentro do Estado nós temos vários movimentos, varias associações estamos a disposto a lutar para que isso um dia, esse pessoal que está aqui que se una para quando for despejada uma família nós vamos está juntos a porta do INTERMAT, do INCRA onde que seja para que todos tenham direito de lutar por uma melhor qualidade de vida para aqueles que querem plantar e criar uma família não no mundo onde está vivendo na cidade, mas no campo onde produz e ele pode sustentar a sua família.

Eu agradeço a oportunidade a todos (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (VALDIR BARRANCO) – Obrigado Fernando, aproveitar para mandar um abraço para o Guimar que é o nosso grande companheiro sempre presente na lutas.

Então, encerrando a nossa Audiência Pública, eu quero já fazer os encaminhamentos, o principal encaminhamentos. O principal encaminhamento aqui, eu gostaria de consultar aqui a Mesa se ainda quer fazer uso da palavra? Não.

Então, o principal encaminhamento para nós constituir uma comissão para permanentemente acompanharmos e cobrarmos essas situações...s/cac...

1207au056.cac

O SR. PRESIDENTE (VALDIR BARRANCO) - ... uma comissão para permanentemente acompanharmos e cobrarmos essas situações, tanto do ponto de vista da regularização fundiária urbana e rural, como do ponto de vista de nós cobrarmos para que o devido processo legal seja observado, para que o direito a ampla defesa ao contraditório seja observado e até porque eu tenho cobrado isso porque tem algumas reintegrações de posse do Estado de Mato Grosso que tem ocorrido sem o estudo de situações por parte da Polícia Militar. E o estudo da situação é obrigatório para demonstrar quais as condições, quantas pessoas têm lá, se tem idosos, se tem crianças, se tem animais, qual a estrutura que eles terão que utilizar para retirar e em alguns casos não são feitos porque se for feito o estudo de situação torna-se inviável, porque quem tem que arcar com as despesas é a parte que entrou com pedido de reintegração de posse e aí ela não quer gastar. E se ela não quer gastar, acaba inviabilizando, por isso eles tentam driblar e nós temos cobrado para que isso não aconteça.

Então, essa comissão é fundamental e eu estou aqui sugerindo que ela seja composta pela Prefeitura Municipal de Cuiabá com a presença do Juarez Fiel como integrante da comissão pelo INTERMAT e o INTERMAT pode nos informar ou agora ou a posteriori durante a semana que vem quem será esse...

(NESTE MOMENTO PARTICIPANTE DA PLATEIA DIALOGA COM O PRESIDENTE FORA DO MICROFONE – INAUDÍVEL)

O SR. PRESIDENTE (VALDIR BARRANCO) – Ele está dizendo que o Presidente, na sua ausência, quando não puder participar um dos dois diretores, urbano e rural, então já ficará consignado.

O INCRA, o Sr. João Bosco eu vou falar com ele para que ele esteja indicando alguém uma vez que ele não pode vir e foi justificado pelo Sr. André. O Programa Terra Legal, Sr. André, eu consulto se pode ser o senhor?

O SR. ANDRÉ – Eu mesmo.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER SOBRE O TEMA: REGULARIZAÇÃO
FUNDIÁRIA EM CUIABÁ, REALIZADA NO DIA 07 DE DEZEMBRO DE 2017, ÀS 14H.
(TEXTO SEM REVISÃO)

O SR. PRESIDENTE (VALDIR BARRANCO) – O Sr. André, então, compondo, constituindo pelo Programa Terra Legal, representando o Programa Terra Legal, que é fundamental porque as áreas urbanas, que são áreas de posse da União é o Programa Terra Legal que disciplina, que faz o destaque do patrimônio e a doação para a Prefeitura e em Cuiabá nós temos glebas como já foi citado. A Assembleia Legislativa, eu vou participar e também o nosso jurídico Dr. Fábio Matos participará também e que está aqui, toda nossa equipe. Uma equipe do nosso gabinete que constitui...
s/nns

1207au57.nns

O SR. PRESIDENTE (VALDIR BARRANCO) - ... e toda nossa equipe, temos uma equipe no nosso gabinete que constitui o chamado núcleo agrário do gabinete, são cinco profissionais da mais relevante competência, que já ocuparam espaços importantes.

A Defensoria Pública, Dr. Air e Dr. Munir, já foram, mas Rosa vamos consulta-los para saber quem é que ficará até porque o Dr. Air vai para a Secretaria Municipal então tem que ser outra pessoa. A Secretaria Municipal, essa que o Air constituirá de cidades, terá assento também.

A Câmara Municipal, já estou aqui te colocando, Dilemário, já que está em todas as nossas audiências, tem um mandato muito parecido com o nosso e acho que nos completamos enquanto Assembleia Legislativa e Câmara Municipal. Está aceito até porque o senhor também fez essa provocação.

A FETAGRI já ficou colocada, eles saíram, mas já deixaram o nome do Divino que será o integrante da FETAGRI.

Eu consulto as associações que aqui me passaram, quero ver se é isso mesmo, os nomes do Emídio Antonio, João Batista, Manoel de Brito e da Ezilia, esses quatro. Mais um? Isso, a professora Rosa já anotar... o Candido, Presidente do bairro Dom Aquino.

A Ezilia falou que lá no Monte Carmelo a família que tem menos filho, tem seis, não é? Não sei se é verdade, mas a Nice eu conheço e quando fui lá, ela tinha quatro já. Então acho que já passou dos seis, não é? Seis, olha lá. A filhinha dela está dizendo que já tem seis. Então não é mentira não. olha aí, já será avó.

Portanto, como encaminhamento fica constituído, durante a semana, faremos os trâmites, a documentação para ficar formal e encaminharemos para as instituições ofícios com cópias dessa deliberação aqui e a composição dessa Comissão.

Já quero, Juarez e Dilemário, sair daqui com uma data já para a nossa primeira reunião do grupo de trabalho. Estarei de volta aqui na quarta-feira porque eu até terça-feira à noite, estarei no interior. Para mim pode ser quarta ou quinta-feira.

Quinta-feira? Melhor não é? Quinta-feira de manhã (PALMAS), quinta-feira é dia quinze, não é?...
s/ lcb

1207au58.lcb

O SR. VALDIR BARRANCO -... quinta-feira de manhã (PALMAS). Quinta-feira é dia 15, não é? Quinta-feira, dia 15, às 14h no meu gabinete. Pode ser? Dia 15 é sexta-feira? Dia 14 então. Quinta-feira, dia 14, às 14h, lá no gabinete.

Portanto, quero aqui mais uma vez agradecer a todos e a todas, agradecer o Richard, e dizer para vocês continuarem contando com o nosso trabalho. As lideranças que

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER SOBRE O TEMA: REGULARIZAÇÃO
FUNDIÁRIA EM CUIABÁ, REALIZADA NO DIA 07 DE DEZEMBRO DE 2017, ÀS 14H.
(TEXTO SEM REVISÃO)

participaram aqui, muitas que não puderam estar presentes, mas que faz essa luta pela regularização, que ocupam espaços importantes, áreas públicas aqui no Estado de Mato Grosso e aqui em Cuiabá são responsáveis pelo desenvolvimento deste Estado, pelo desenvolvimento de Cuiabá. Quantos bairros já não foram criados a partir do trabalho sério que vocês fazem, porque o Estado ou os municípios às vezes, ou na maioria das vezes, deixam de fazer o seu trabalho de organização da estrutura, do espaço, de planejamento, de loteamentos urbanos que possam ser regulares. E vocês acabam por necessidade ocupando esses espaços, fazendo a luta, fazendo com que os bairros possam se organizar, e aí a força o Estado, o município, é obrigado a ir reconhecendo esse direito de vocês com muita luta, com muito suor e, à vezes, até com sangue.

Então, o Estado, a Assembleia Legislativa, o meu mandato está aqui para reconhecer essa luta de cada um e cada uma de vocês. Porque é importante para o comércio, o comércio vive e ganha dinheiro a partir do trabalho que vocês fazem, das ocupações que são regularizadas, da produção que vocês passam a ter efetivamente a partir dessas ocupações, o comércio também cresce para esses bairros onde vocês vão ocupando e fazendo o Estado reconhecer e se organizar.

Os políticos também, porque de vocês a partir da organização surgem representantes de associações, de cooperativas, de sindicatos e depois representantes políticos, vereadores, prefeitos, surgem, e também aqueles que vão lá para dentro na época da eleição para pedirem voto. Então, se beneficiam do trabalho de vocês. Portanto, nós temos a obrigação de reconhecer. E é isso que nós fizemos e estamos fazendo, e esta Audiência Pública é um pouquinho disso. É reconhecer a importância de vocês. Contem com o nosso trabalho. Continue firme na luta e não desanimem porque o Estado de Mato Grosso precisa de vocês.

Um forte abraço (PALMAS).

Equipe Técnica:

- Taquigrafia:
 - Nerissa Noujain Salomão Santos;
 - Luciane Carvalho Borges;
 - Dircilene Rosa Martins;
 - Tânia Maria Pita Rocha;
 - Cristiane Angélica Couto Silva Faleiros;
- Revisão: